

Pontes Invisíveis:

um estudo sobre voluntariado, cidadania e
justiça social com refugiados e requerentes de
asilo em Kavala, Grécia.

Vivian Barroso Arantes

M

2025



Pontes Invisíveis:
um estudo sobre voluntariado, cidadania e justiça social
com refugiados e requerentes de asilo em Kavala, Grécia.

Vivian Barroso Arantes

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto pela licenciada Vivian Barroso Arantes para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, realizada sob a orientação científica do Doutor Norberto Ribeiro e coorientação científica da Doutora Sofia Almeida Santos.

Junho, 2025

RESUMO

A crise dos refugiados que segue a afetar a Europa nos últimos anos, impulsionada por turbulentos acontecimentos políticos, socioculturais e econômicos em países do Leste Europeu e do Oriente Médio, tem exposto e amplificado os desafios relacionados à integração social, educação e justiça social. Esta pesquisa, portanto, está inserida em um contexto global de crise migratória, com impactos significativos na Europa e, em particular, na Grécia.

A relevância do estudo se justifica pela necessidade de compreender como a atuação de voluntários/as torna-se uma presença política diante de políticas restritivas nacionais e das dinâmicas locais no campo de refugiados em Kavala, com o fito de promover educação ainda que não-formal, o empoderamento e a autonomia cidadã de refugiados e requerentes de asilo, que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Ademais, o estudo que aqui se apresenta pretende, a partir de uma observação informal realizada entre os meses de agosto e setembro de 2024, compreender de forma prática e empírica, a partir de um *fazer-ser* enquanto pesquisadora-voluntária, as potencialidades e os desafios enfrentados por aqueles que decidem atuar enquanto corpo voluntário em contextos de crise humanitária.

Para tanto, nos debruçamos sobre os conceitos de Cidadania, Justiça Social e Humanitarismo de forma crítica e analítica, além da análise das informações e reflexões colhidas a partir das entrevistas. Ao todo, foram seis voluntários/as entrevistados/as para a apresentação dos resultados, os quais evidenciaram não uma visão assistencialista e paternalista da ação social voluntária, mas sim uma visão política e engajada socialmente, cujos objetivos são promover alguma cidadania e justiça social.

Palavras-chave: Crise Humanitária; Cidadania; Justiça Social; Voluntariado; Refugiados; Requerentes de Asilo; Ação Social Voluntária.

ABSTRACT

The refugee crisis that has continued to affect Europe in recent years, driven by turbulent political, socio-cultural, and economic events in Eastern European and Middle Eastern countries, has exposed and amplified the challenges related to social integration, education, and social justice. This research, therefore, is situated within a global context of migratory crisis, with significant impacts on Europe and, in particular, Greece.

The relevance of this study lies in the need to understand how the actions of volunteers become a political presence in the face of restrictive national policies and local dynamics in the Kavala refugee camp. The aim is to promote non-formal education, empowerment, and the civic autonomy of refugees and asylum seekers, who find themselves in vulnerable situations.

Furthermore, the study presented here seeks to understand, through informal observation conducted between August and September 2024, the practical and empirical realities of acting as a researcher-volunteer. It explores the potentialities and challenges faced by those who decide to engage as volunteer bodies in humanitarian crisis contexts.

To achieve this, we critically and analytically examine the concepts of Citizenship, Social Justice, and Humanitarianism, alongside the analysis of information and reflections gathered from interviews. A total of six volunteers were interviewed to present the results, which revealed not a paternalistic and welfare-based view of voluntary social action, but rather a politically and socially engaged perspective. The objective of this engagement is to foster citizenship and social justice.

Keywords: Humanitarian Crisis; Citizenship; Social Justice; Volunteering; Refugees; Asylum Seekers; Voluntary Social Action.

RÉSUMÉ

La crise des réfugiés qui continue d'affecter l'Europe ces dernières années, alimentée par des événements politiques, socio-culturels et économiques turbulents dans les pays d'Europe de l'Est et du Moyen-Orient, a mis en lumière et amplifié les défis liés à l'intégration sociale, à l'éducation et à la justice sociale. Cette recherche s'inscrit ainsi dans un contexte mondial de crise migratoire ayant des répercussions significatives en Europe et, en particulier, en Grèce.

La pertinence de cette étude réside dans la nécessité de comprendre comment l'action des volontaires devient une présence politique face aux politiques nationales restrictives et aux dynamiques locales dans le camp de réfugiés de Kavala. Elle vise à promouvoir l'éducation non formelle, l'autonomisation et la citoyenneté des réfugiés et des demandeurs d'asile en situation de vulnérabilité.

De plus, cette étude cherche, à travers une observation informelle réalisée entre août et septembre 2024, à comprendre de manière pratique et empirique, à partir d'une posture de chercheuse-volontaire, les potentialités et les défis rencontrés par ceux qui choisissent d'agir en tant que corps volontaire dans des contextes de crise humanitaire.

Pour cela, nous nous pencherons de manière critique et analytique sur les concepts de Citoyenneté, Justice Sociale et Humanitarisme, en parallèle d'une analyse des informations et des réflexions issues des entretiens. Six volontaires ont été interrogés pour présenter les résultats, lesquels mettent en évidence une vision non pas paternaliste et assistancialiste de l'action sociale volontaire, mais une perspective politiquement et socialement engagée. L'objectif est de favoriser la citoyenneté et la justice sociale.

Mots-clés: Crise humanitaire; Citoyenneté; Justice Sociale; Volontariat; Réfugiés; Demandeurs d'asile.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só ganhou vida graças à presença, ao incentivo e ao afeto de pessoas muito especiais. As palavras que seguem são uma tentativa singela de expressar toda a minha profunda gratidão e carinho por cada uma delas.

A minha espiritualidade, **Deus e Nossa Senhora**, meu amparo nas minhas horas mais aflitas e a quem carrego toda a gratidão e devoção que há em minh'alma.

Aos meus orientadores, **Professor Norberto**, por ter acreditado no meu projeto desde o primeiro dia, por ter me incentivado a participar do meu primeiro Congresso e por todas as orientações, reuniões e encorajamentos. Seu amparo e profissionalismo foram cruciais para a conclusão deste estudo. À **Professora Sofia**, por estimular a minha participação nos grupos de estudo, pela troca de experiências, pelos contributos em nossos encontros, por me fazer estar mais atenta às questões de interseccionalidade, que me auxiliaram inclusive a compreender o meu local no mundo. Sou muito grata por ter o privilégio de ser orientanda por ambos.

Um abraço especial a todas as **professoras e professores** do curso de mestrado em Ciências da Educação da FPCEUP, sobretudo à **Professora Carla Malafaia**, pela gentileza com que me auxiliou, por me incentivar a ir mais fundo e dar o melhor de mim.

Aos **colegas de mestrado**, em especial, ao **Maurício** e à **Inês**, com quem dividi imensas risadas e boas horas de estudo, mas que também me deram força para seguir nesta jornada académica.

Às **queridas companheiras** de grupo de estudo (CoPIIn-PIV e CIGED), cujas partilhas foram extremamente enriquecedoras, além da rede de apoio que construímos e a experiência de olhar os textos por diferentes prismas.

A todos os **voluntários e beneficiários**, com quem pude aprender, sorrir, me emocionar, me desafiar e, finalmente, mergulhar no meu próprio renascimento. Todos os nomes, todas as conversas, todas as experiências compartilhadas estarão, eternamente, gravadas em mim e neste trabalho. Eu os carregarei comigo aonde for.

A todos os meus **amigos**, do Brasil, da Itália, da Grécia, da Espanha e de Portugal, pelo carinho, amizade e apoio (direto ou não) ao longo deste percurso, em especial, à **Sassá**, minha amiga de infância e pessoa que sempre mandava mensagens a me lembrar do que eu vim fazer aqui.

A toda a minha gigante **Família Buscapé**, em especial à **minha linda e elegante irmã Jaqueline e meu gentil cunhado Zé**, que foram colo e casa em Portugal, com quem dividi e vivi as alegrias e as dores desse percurso e que sempre foram incrivelmente atenciosos e amáveis.

Ao meu **pai Natanael**, por ter me presenteado com meu primeiro ano de mestrado e de quem herdei a força e a coragem de ir além. Obrigada, pai.

À minha **mãe Daniela**, por ter me ensinado o amor incondicional pelos livros e pela leitura, minha primeira professora e grande torcedora. De quem herdei a empatia e o cuidado com o outro. Obrigada, mãe.

Ao meu **irmãozinho lindo, Natan**, por ser essa mente brilhante e coração doce. O meu mundo é melhor porque você existe nele.

Ao **Tio Paulo** e ao **Tio Holmes**, por todos as apresentações-simuladas que fizemos diretamente de Fortaleza, pelas orientações sempre pertinentes e pelo carinho e incentivo de sempre.

À **tia Ceíça** e ao **Tio Máximo**, por acreditarem no meu potencial e por me fornecerem um lugar cheio de carinho, repleto de vinho, pasta e boas conversas.

Aos que **partiram**, mas que levo comigo no coração e busco honrar a cada momento. Em especial às minhas **avós, Alice e Terezinha**, e meus **avôs, Antônio e Nelson**.

À **Lulu**, doce e querida amiga, com quem dividi as mais incríveis aventuras na Grécia. Obrigada por ter segurado a minha mão e mergulhado junto comigo, por ter ficado acordada até de madrugada só para ser a primeira a me desejar feliz aniversário e por todas as vezes que fez o meu jantar enquanto eu virava a noite dando aula para meus alunos no Brasil depois de horas de voluntariado.

Aos **meus alunos**, que confiaram no meu trabalho mesmo longe e que enchem os meus dias de alegria: **Deyvi, Gabi, Sophie, Luquitas, Davi, João Pedro, Pedro e Levi**. Vocês são parte dessa história.

À minha querida e linda amiga venezuelana, **Nelmary**, pelas idas ao ginásio, pelos abraços nos meus dias mais difíceis, pela companhia na missa aos domingos e por fazer parte de tornar Salamanca o meu lar.

Ao barqueiro que me guiou nessa travessia Portugal-Grécia-Itália-Espanha, **Thiago de Los Reyes**. Sem seu profissionalismo, escuta amável e atenta, além das

provocações sempre precisas, este trabalho não seria possível, porque não existiria uma Vivi inteira e pesquisadora sem você. A sua escuta foi o meu refúgio quando o meu mundo pareceu desmoronar! Obrigada por me ajudar a “carregar água na peneira”.

Ao meu **namorado, o meu Pablinho**, pela doçura, pelo cuidado, por estar presente diariamente, mesmo estando na Irlanda. A ti agradeço a paciência, o carinho, as incontáveis risadas, as alegrias que foram e as que eu sei que virão. No amor não há medo (**1 João 4:18**) e eu posso dizer que vivo isto com você. Meu amor de infância e para toda a vida. Amo você - ainda que seja uma expressão muito pequena para a imensidão de nós.

A **mim**, pela coragem e por não desistir de sonhar. Que venham os próximos capítulos.

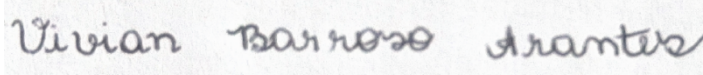
DECLARAÇÃO DE HONRA E ÉTICA

Declaro que a presente dissertação é fruto de meu trabalho autoral e não foi previamente apresentada em qualquer outro curso ou unidade curricular, seja desta ou de outra instituição.

Atribuições a autores(as) terceiros(as) (incluindo afirmações, ideias ou pensamentos) foram realizadas rigorosamente de acordo com as normas de citação, estando devidamente identificadas no corpo do texto e nas referências bibliográficas. Ressalto ainda que eventuais traduções de citações originalmente em língua estrangeira foram realizadas por mim, adaptando-as para o português de Portugal.

Estou plenamente ciente de que o plágio, bem como o auto-plágio, constitui infração acadêmica grave e, portanto, declaro que cumpri com as normas éticas e científicas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

A autora da dissertação,

A handwritten signature in dark ink on a light-colored rectangular background. The signature reads "Vivian Barroso Arantes" in a cursive script.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

FPCEUP – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

ONG –Organização Não Governamental

OCHA – United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs

ONU – Organização das Nações Unidas

UNHCR – United High Commissioner for Refugees (nome em inglês para ACNUR)

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. Perfil dos Participantes do Estudo.....	35
Tabela 2. Categorias e Subcategorias para Análise das Entrevistas.....	37
Tabela 3. Comparativo entre Humanitarismo Clássico e Humanitarismo Novo.....	64
Figura 1. Mapa da Macedônia, Grécia.....	27
Figura 2. Infográfico – Estimativas de Voluntariado por Sexo.....	51

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice I – Guião da Entrevista aos voluntários e voluntárias.....	98
Apêndice II – Termo de Consentimento Informado.....	99
Apêndice III – Imagens de Campo – Observação Informal	100

Índice Geral

RESUMO.....	5
ABSTRACT	7
RÉSUMÉ	9
AGRADECIMENTOS	11
DECLARAÇÃO DE HONRA E ÉTICA.....	15
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	17
ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS.....	17
ÍNDICE DE APÊNDICES	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I – PERCURSO METODOLÓGICO	31
1.1. Contextualização da ONG e da cidade de Kavala	33
1.2. Descrição dos serviços prestados e a lógica de autonomia.....	37
1.3. Limites éticos e envolvimento pessoal: da pesquisadora à voluntária.....	39
1.4. Metodologia de escuta, observação e entrevistas	40
1.5. Participantes: perfil e seleção.....	42
1.6. Eixos para análise de dados das entrevistas.....	43
CAPÍTULO II – CIDADANIA E REFÚGIO: OS LIMITES ENTRE A LEGALIDADE E A EXCLUSÃO.....	45
2.1. “Cidadania de papel”: quando há reconhecimento legal e negação no real	47
2.2. “Vidas que resistem”: empoderamento das populações em situação vulnerável a partir da ação voluntária.....	51
2.3. A transformação social: redes de solidariedade e suporte comunitário.....	53
2.4. Os limites e os desafios do voluntariado na promoção da cidadania.....	56
2.5. Questões de gênero dentro do voluntariado.....	58
CAPÍTULO III – AS TRÊS DIMENSÕES DA AÇÃO VOLUNTÁRIA PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL NO CONTEXTO HUMANITÁRIO.....	61
3.1. A crise humanitária como obstáculo à justiça social	63
3.2. Redistribuição, Reconhecimento, Representação Voluntária.....	66
3.3. Os refugiados na condição de “despossuídos” e as políticas de acolhimento	68
CAPÍTULO IV – MODELOS DE HUMANITARISMO	71
4.1. Humanitarismo Clássico.....	73
4.2. Humanitarismo Novo.....	74
CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	79
5.1. Trajetória e Integração do Voluntário.....	81
5.1.1. Motivação e Início.....	81
5.1.2. Integração na ONG.....	83
5.1.3. Impacto Pessoal.....	85
5.1.4. Síntese integradora	87
5.2. Práticas Institucionais e Relações no Campo.....	87
5.2.1. O papel das atividades realizadas no Centro Comunitário.....	88
5.2.2. Práticas Institucionais.....	89
5.2.3. Relações Interpessoais.....	91

5.2.4. Desafios Enfrentados.....	92
5.2.5. Sugestões para a ONG.....	94
5.2.6. Síntese integradora	95
5.3. Contexto e Interações sociopolíticas.....	95
5.3.1. Voluntariado em Crises Humanitárias	96
5.3.2. Relação com a Comunidade Local.....	97
5.3.3. Síntese integradora	98
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO	100
BIBLIOGRAFIA	108
APÊNDICES	114
Apêndice I – Guião da Entrevista aos voluntários e voluntárias	116
Apêndice II – Termo de Consentimento Informado.....	118
Apêndice III – Imagens de Campo – Observação Informal	120

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, é preciso compreender que esta pesquisa seguiu um trajeto pessoal-acadêmico. A *voluntária-pesquisadora* ou *pesquisadora-voluntária* que não apenas escreveu, mas vivenciou este estudo e que aqui vos fala é uma mulher, latino-americana, brasileira, nordestina (do Ceará), imigrante em Portugal, aluna e professora ao mesmo tempo. Por isso, o percurso aqui apresentado tem como ponto de partida um corpo e uma trajetória de vida, cujas marcas advêm da realidade histórica de um povo estigmatizado no Brasil: o povo nordestino e retirante — que, na essência, nada mais é do que um refugiado interno, ou seja, um refugiado dentro de sua própria nação.

Apresento-vos então, para que compreendam as reais motivações deste estudo, a realidade oriunda de um bioma chamado Caatinga, caracterizado por grandes períodos de estiagem e seca severa em que, atualmente, beira à desertificação; uma condição ambiental grave que afeta esta parte do território do país; além de ser também marcado pela pobreza, pela falta de recursos básicos (água, comida, trabalho) e, por conseguinte, pelo constante abandono estatal. O Nordeste brasileiro é, historicamente, um *locus* de resistência, mas também de marginalização dentro do próprio país. É precisamente por vir do contexto social supracitado, que parto de um ponto de vista epistêmico símile e legítimo. Este “lugar de fala” que aqui menciono, conforme teorizado por Djamila Ribeiro (2017), é o espaço de possibilidade discursiva em que se reivindica a existência dos corpos subalternizados dos grupos marginalizados.

O retirante nordestino é alguém que sai, forçadamente por condições extremas de vida, de seu estado/município em busca de melhores condições de existência no Sudeste brasileiro, sem nenhum tipo de amparo ou proteção legal específica, não há um Estatuto que lhes garanta uma recolocação e, embora falem uma “mesma língua”, sofrem com a discriminação e a xenofobia de seus compatriotas. Concomitantemente, refugiados vindos de Afeganistão, Síria, Palestina, Líbano, Serra Leoa e tantos outros países também são forçosamente compelidos a fugir para países, sobretudo da Europa, como uma estratégia de sobrevivência diante da escassez de recursos e da negligência estrutural com o fito de reconstruir dignidade e construir alguma autonomia em ambientes, supostamente, menos hostis. Seja como for, há mais semelhanças entre essas realidades do que se pode imaginar. E é por reconhecer, em ambas as travessias, o desejo de escapar da miséria humana e da invisibilidade que este estudo foi idealizado.

Nesse sentido, enquanto brasileira, nunca experienciei os dissabores de uma guerra, apesar de conviver com a violência urbana e suas consequências, tampouco sei o que é ter que migrar para um país completamente despossuída, traumatizada, cuja língua,

religião e cultura são praticamente antagônicas às minhas, apesar de ser uma migrante. No entanto, não consegui esquecer a imagem da criança de 3 anos, Aylan Kurdi, cujo corpo foi encontrado na praia de Bodrum, na Turquia, em 2015. Foi então que uma grande inquietação surgiu. Vários questionamentos, principalmente, relativos à cidadania e à justiça social surgiram e permanecem, agora sob uma nova ótica, mesmo após a conclusão deste trabalho.

Etimologicamente, segundo o dicionário Oxford, a palavra “refúgio” é um substantivo masculino, cujas significações são: lugar para onde se foge para escapar a um perigo; asilo, retiro. Ou ainda, em sentido conotativo - *figurado* -, aquilo que serve de amparo, de proteção. Mas o que significa, verdadeiramente, um refúgio, para milhões de pessoas à espera ou sob a tutela do Estatuto dos Refugiados? Qual é a ponte que interliga estas pessoas ao seu refúgio? Quais são os meios que elas encontram para experimentar a cidadania? Quem intermedeia a chegada destes indivíduos aos seus novos lares? Quem lhes confere dignidade? Onde está a justiça social nestes contextos de crise humanitária e como ela se manifesta? E, mais ainda, de que maneira o voluntariado se insere nesse contexto? Qual ponte existe entre os/as voluntários/as, os/as refugiados/as e requerentes de asilo e a égide?

Assim, em meio a todos estes questionamentos e em memória do jovem Aylan e de tantos outros e outras, estejam eles mortos, esquecidos e ainda a esperar e sonhar com refúgio, além das mãos invisíveis dos/as voluntários/as que os atendem, este trabalho, quase dez anos depois, foi escrito.

Todavia, quero deixar claro que embora quisesse dar voz, diretamente, a estas pessoas, por uma série de questões éticas e barreiras: linguísticas, culturais e estruturais, também pelas limitações do próprio mestrado, decidi focar o estudo naqueles(as) que fazem parte de um pequeno contingente de suporte a este grupo, também invisibilizados: os/as voluntários(as); de cujo corpo tenho a honra de ter feito parte e cuja experiência moldou os rumos deste estudo.

Em verdade, ao entrar no campo como voluntária e pesquisadora na cidade de Kavala, Grécia, a qual se configura como o microcosmos desta pesquisa, entre os meses de agosto e setembro de 2024, não parto de uma visão eurocêntrica hegemônica, muito menos apresento um olhar pacificado sobre a Europa enquanto detentora dos direitos humanos e da civilização, tampouco percebo o voluntariado como uma política de salvação, conforme prega a tradição cristã. Todavia, trago uma outra perspectiva: um olhar insurgente, contra-hegemônico (Santos, 2014), desperto e capaz de reconhecer nos

processos relativos aos deslocamentos forçados dos refugiados e requerentes de asilo algo que habita na minha própria ancestralidade e vivência social. Além disso, reconheço nestes grupos e também nos/as voluntários/as a fragilidade que habita em mim. E, reitero, embora não conheça a realidade da guerra convencional — reconheço a guerra da fome, a exclusão, a desigualdade. E isso não me torna neutra em nenhuma instância. Torna-me consciente, implicada.

Portanto, a presente pesquisa aqui desenvolvida parte de um saber comprometido, o qual não se pretende nenhuma neutralidade (Harding, 1986), mas sim um saber crítico, com posicionamento ético e político diante dos processos de exclusão que atuam como plano de fundo para a compreensão do objeto de estudo: o voluntário enquanto presença política. Ademais, também se trata de um saber situado (Haraway, 1988), comprometido com a escuta e com a responsabilização (Spivak, 1988), tendo em vista que é preciso ter cuidado para não silenciar os sujeitos em trânsito ou os reduzir a cifras e estatísticas.

Assim, esta é uma pesquisa que não só escuta, mas que também responde. Observa, mas atua. Por isso, deixo claro, não só como autora deste estudo, mas também como coautora da experiência; uma vez que integrei uma equipe de voluntários e dividi com eles/elas e com os/as beneficiários/as não só tarefas relativas à organização de estoque, recebimento de doativos, atendimentos na *store* (centro de distribuição de doativos, que funciona como uma loja) e desenvolvimento de atividades no centro comunitário, mas também afetos, incertezas, cansaços e esperanças; ambas estruturas serão devidamente apresentadas no Capítulo I.

Ressalto ainda o quanto o *fazer-ser* pesquisadora foi interpelado, em diversos momentos, pelo *fazer-ser* voluntária. E é exatamente esta linha tênue porosa e, por isso mesmo, permeável, o fato que tornou este espaço tão metodologicamente cheio de potencialidades. Foi ao chegar a esta fronteira, que pude me permitir, para além de observar, sentir, escutar, tocar e ser tocada e, por fim, transformar. A condição *sine qua non* a qual fui submetida pela própria experiência traz uma espécie de honestidade epistemológica, da qual não poderia me eximir. É exatamente o fato de estar dentro da equação que torna esse movimento quase compulsório.

De fato, o que poderia ser percebido como algo a comprometer a validade da pesquisa tem precisamente o efeito oposto: é aqui que ela se fortalece. Conforme

menção Conceição Evaristo em entrevista (2017), essa “Escrivência”¹ é o que marca uma escrita, além de teoricamente fundamentada, crítica e politicamente engajada a partir de vivências pessoais e coletivas. Afinal, este estudo não pertence só a mim. Todos aqueles enquanto beneficiários/as, voluntários/as, membros da comunidade de Kavala, os/as professores/as, os/as colegas de mestrado, os/as autores/as, a minha ancestralidade e todas as pessoas que, generosamente, fizeram parte deste processo, para além de mim enquanto voluntária e pesquisadora construíram este estudo. O fazer ciência é um ato político, o ser voluntário também. E é precisamente sobre esta tese que o presente se debruçou.

Com efeito, a base formativa durante as aulas e as discussões com os/as professores/as durante o percurso em Ciências da Educação, atrelada à experiência em contextos de crise humanitária, possibilitou uma abordagem qualitativa e implicada, baseada em conceitos etnográficos, inspirados na observação participante (Marietto, 2018), ainda que a metodologia inicial tenha sido uma experiência exploratória informal. Todavia, após a imersão em campo, a escuta sensível, a atuação enquanto voluntária e, concomitantemente, as vivências e trocas oriundas desta, foi possível a construção de um guião de entrevistas cujo ponto de partida foi a prática, o empirismo. Logo, é coerente com a minha motivação, a trajetória pessoal e os objetivos deste estudo, uma vez que vivenciar a experiência enquanto voluntária me tornou ainda mais empática aos efeitos e desafios da prática, guiando a formulação das perguntas que foram feitas para aprofundar o que aqui se propõe.

Sob esse viés, a crise dos refugiados que segue a afetar a Europa nos últimos anos, impulsionada por turbulentos acontecimentos políticos, socioculturais e econômicos em países do Leste Europeu, da África Ocidental e do Oriente Médio, têm exposto e amplificado os desafios relacionados à integração social, cidadania e justiça social. É preciso ressaltar também que esta é a maior já vista desde àquela ocorrida em meados do século XX, com a II Guerra Mundial, a qual culminou na grande diáspora judaica².

¹ Escrivência é um termo cunhado por Conceição Evaristo na década de 1990, que combina *escrever* e *vivência* para designar uma escrita profundamente marcada pelas experiências de vida da autora. Conceição Evaristo em entrevista ao Mulheres Que Escrevem. Disponível em: <https://medium.com/mulheres-que-escrevem/mulheres-que-escrevem-entrevista-conceicao-evaristo-fa243ff84284>. Acesso em: 11 jun. 2025.

² A Segunda Guerra Mundial intensificou dramaticamente a diáspora judaica, sobretudo em razão da perseguição sistemática promovida pelo regime nazista. Milhões de judeus foram forçados a fugir de suas terras natais, buscando refúgio em países que, muitas vezes, relutavam em recebê-los. Hannah Arendt descreve essa condição de deslocamento como a perda do “direito a ter direitos”, um estado de

Em verdade, a proximidade geográfica com o continente europeu para refugiados e requerentes de asilo, sobretudo em países como Grécia e Itália, promove uma espécie de deslocamento compulsório e desordenado em larga escala - em virtude de um ideal de liberdade e prosperidade vendido pelos próprios europeus -, cujos desdobramentos são, infelizmente, uma catastrófica acentuação da violação dos Direitos Humanos, tanto dos recém-chegados ao continente quanto dos que aqui já residem de forma ilegal, além de uma sobrecarga aos próprios países europeus e suas respectivas populações; posto que se sentem ameaçadas pela presença dos estrangeiros.

De fato, o sentimento de ameaça potencializa os discursos de ódio proferidos contra estes grupos e, somando-se a isto, há também a ascensão de figuras ou grupos políticos que reiteram esses discursos de cunho xenofóbico e legitimam certas ações de violências cometidas contra os imigrantes, inclusive as práticas dos *pushbacks*³. De acordo com o autor Thomas Spijkerboer, os *pushbacks* “representam um enfraquecimento do regime internacional de proteção aos refugiados, ao tratarem a mobilidade humana como uma ameaça à soberania, e não como uma questão de direitos humanos” (Spijkerboer, 2013, p. 225)⁴.

Tal fato é corroborado por Agier (2006, p. 205), quando o autor afirma que: “no plano legal, isso contraria o princípio do não-rechaço inscrito na Confederação de Genebra de 1951⁵ (um imigrante ilegal não pode ser rechaçado de volta a seu país de origem antes que seu pedido de asilo tenha sido examinado)”. Indubitavelmente, este conjunto de convenções estabeleceria, portanto, as condições legais para o reconhecimento da pessoa humana enquanto refugiada ou solicitante de asilo (UNHCR, 2011), mas, lamentavelmente, o reconhecimento de direitos e o acesso a estes direitos competem em instâncias distintas.

apatridia e exclusão radical: “A privação de um lugar no mundo que torne as opiniões significativas e as ações eficazes é uma das maiores tragédias da condição dos refugiados” (Arendt, 1989, p. 293)

³ Os *pushbacks* consistem na prática de devolver sumariamente migrantes ou requerentes de refúgio nas fronteiras, muitas vezes sem qualquer avaliação individualizada ou respeito aos direitos fundamentais dessas pessoas. Essa política tem sido amplamente criticada por organizações internacionais por violar o princípio de *non-refoulement* (não devolução) garantido pelo direito internacional.

⁴ Todas as traduções apresentadas neste trabalho são livres e da responsabilidade da autora.

⁵ A chamada Confederação de Genebra refere-se, de maneira ampla, ao conjunto de convenções e organizações humanitárias com sede em Genebra, que consolidaram normas internacionais voltadas à proteção de populações em situação de vulnerabilidade, especialmente durante e após conflitos armados. Destacam-se, nesse contexto, as Convenções de Genebra (especialmente a de 1951), que estabelecem a base legal para o tratamento de refugiados e pessoas deslocadas. A Convenção de 1951 define quem é considerado refugiado e estabelece o princípio do *non-refoulement*, ou seja, a proibição de devolver pessoas a países onde suas vidas ou liberdades estejam ameaçadas (UNHCR, 2011).

Todavia, é preciso destacar que, muito embora esta infeliz realidade vitimize centenas de milhares de pessoas, existe um movimento de contracorrente, cuja ação e atuação são capazes de fomentar a autonomia, a dignidade humana, a justiça social e até a educação, ainda que de maneira informal: o voluntariado. Logo, tal atividade se torna uma ferramenta fundamental para a inclusão e a reconstrução de vidas devastadas por conflitos, múltiplas violências e, conseqüentemente, deslocamentos forçados.

Assim, o presente trabalho tem como fundamental problematização: o voluntariado em um contexto de cidadania negada, limbo jurídico e humanitarismo como paliativo (Agier, 2006). Os três eixos nos auxiliarão a compreender de que maneira é possível construir uma visão da ação social (Lutz, 2010), cuja interpretação rompa com os paradigmas vigentes característicos do Humanitarismo Clássico, mas que também não reiterem processos de militarização promovidos pelo Humanismo Novo.

Em termos hermenêuticos, vamos delinear o seguinte caminho: uma crítica ao conceito de cidadania, tendo em vista que esta não é apenas uma condição jurisdicional formal, mas deve ser, acima de tudo, uma prática decolonial (Santos, M., 1996), contestatória, ativa (Lister, 2003) e emancipatória (Freire, 1987); além de mobilizar ideias relativas ao conceito de justiça social (Rawls, 1971), e também segundo as políticas de redistribuição, reconhecimento, participação/paridade, conforme Fraser (2002); para finalmente compreender o papel político da ação voluntária, mobilizando conceitos a partir de uma ótica não paternalista ou assistencialista (Andreotti, 2014) e não liberal (Agier, 2006).

Em síntese, o presente trabalho está organizado da seguinte maneira:

No Capítulo I, será apresentada uma contextualização da cidade de Kavala, local onde se encontra a ONG estudada. A partir de observações informais das práticas institucionais, procura-se compreender como essa organização está estruturada, quais os serviços por ela oferecidos e de que maneira se dá a atuação dos/as voluntários/as. Serão também discutidos os limites éticos da pesquisa e o meu envolvimento pessoal ao longo do processo, salientando o meu duplo papel de pesquisadora e voluntária. Por fim, serão expostos os aspectos metodológicos adotados – que combinam escuta atenta, observação informal e entrevistas –, bem como o perfil e os critérios de seleção dos participantes deste estudo.

No Capítulo II, propõe-se discutir criticamente, a partir de uma perspectiva decolonial e interseccional, o conceito de cidadania, conforme mencionado anteriormente.

No Capítulo III, serão tecidas reflexões acerca das três dimensões da ação voluntária para a promoção da justiça social e como elas se manifestam no contexto de crise humanitária.

No Capítulo IV, estabeleceremos um comparativo entre o Humanitarismo Clássico e o Humanitarismo Novo, com o cuidado para não reproduzir discursos neoliberais de “salvadorismo”, sobretudo “*white saviorism*”, bem como reforçar a figura do voluntário enquanto presença política, ou seja, uma ponte invisível para o exercício e a promoção de uma cidadania ativa.

Finalmente, no Capítulo V, realizar-se-á a Apresentação e Análise dos Dados, baseando-se nos princípios da abordagem metodológica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a partir da coleta de informações relativas às entrevistas. Serão, portanto, apresentados três grandes eixos de análise: trajetória e integração do voluntário, ou seja, as motivações para o exercício da ação voluntária, como se deu o processo de integração na ONG e impactos pessoais.

Assim, quanto ao primeiro eixo de análise, pretende-se perceber quais são as práticas institucionais e de que forma ocorrem as relações no campo, a partir do olhar dos/as voluntários/as, nomeadamente: o papel das atividades realizadas pelo Centro Comunitário, as práticas institucionais estabelecidas pela ONG, as relações interpessoais - tanto entre voluntários quanto com os beneficiários –, e os desafios enfrentados pelos voluntários na promoção da cidadania e da justiça social para os/as refugiados/as.

Adicionalmente, relativamente ao segundo eixo de análise, procurar-se-á integrar uma análise crítica das barreiras culturais, políticas e organizacionais que limitam as iniciativas educacionais na perspectiva desses atores; uma reflexão sobre as próprias barreiras pessoais; bem como sugestões para a ONG.

Finalmente, o terceiro e último eixo de análise busca analisar o contexto e as interações sociopolíticas, logo, como os/as voluntários/as percebem o ofício e a si mesmos no/em contexto de crise humanitária e a relação com a comunidade local (residentes da cidade de Kavala). Além disso, também procurará analisar as suas percepções acerca do impacto do voluntariado no fomento à cidadania e justiça social para os indivíduos em trânsito, contribuindo para o resgate da dignidade da pessoa

humana. Em outras palavras, pretende-se analisar os seus efeitos (ou não) na inclusão social e emancipação destes grupos.

Em resumo, este estudo propõe-se a analisar as experiências de voluntários atuantes em ações de apoio aos/as refugiados/as em Kavala. Para tanto, os objetivos específicos incluem compreender as motivações dos voluntários, investigar as práticas institucionais e relações no campo, avaliar o impacto percebido dessas ações e identificar desafios e estratégias de enfrentamento.

A partir do exposto, pretende-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada do papel do voluntariado em contextos de crise humanitária, frente ao cenário sociopolítico em que tais atividades se inserem e de que maneira elas contribuem para a promoção da cidadania e da justiça social, sobretudo ao envolver beneficiários e voluntários em atividades e iniciativas que objetivam à inclusão social e o empoderamento de grupos em situação de vulnerabilidade.

CAPÍTULO I – PERCURSO METODOLÓGICO

O primeiro capítulo tem por objetivo apresentar a metodologia utilizada para a realização do presente estudo. Para tanto, é preciso retomar o fato de que o presente trabalho foi delineado a partir do seguinte percurso metodológico: houve uma observação informal (ou não estruturada)⁶, durante os meses de agosto e setembro de 2024, na qual atuei como voluntária em uma organização não-governamental que atende refugiados/as e requerentes de asilo na cidade de Kavala, Grécia.

E foi a partir desta experiência na primeira pessoa, na qual vivenciei os desafios e as potencialidades do trabalho voluntário, que pude nortear a construção do guião das entrevistas, com outros voluntários e voluntárias, membros da mesma ONG, os quais já estavam familiarizados/as não só com o contexto das populações em situação de refúgio, mas também com as diretrizes da instituição para qual atuamos. Assim, faz-se mister pontuar que as entrevistas foram realizadas com 6 voluntários/as, todos falantes de língua inglesa, maiores de 18 anos e dispostos a contribuir para este estudo.

Este capítulo divide-se então em cinco partes: i) uma contextualização da ONG cuja observação informal aconteceu, bem como uma descrição da cidade, que está inserida no panorama de crise humanitária; ii) a descrição dos serviços prestados pela ONG e a lógica da autonomia promovida pelos/as voluntários/as para os/as beneficiários/as; iii) os limites éticos do estudo e o meu envolvimento pessoal: da pesquisadora à voluntária e vice-versa; iv) a metodologia, que consistiu na escuta, observação informal e entrevistas e, finalmente, v) as questões de gênero dentro do voluntariado.

1.1. Contextualização da ONG e da cidade de Kavala

Kavala, uma cidade portuária no norte da Grécia e microcosmo desta pesquisa, tem sido afetada pela crise migratória de forma significativa. As políticas nacionais diante do aumento de migrantes e refugiados têm sido, em muitos casos, marcadas por restrições e contenção. Segundo dados fornecidos durante a primeira formação interna realizada pela ONG, a realidade nesta cidade é um pouco divergente do que se observa nas ilhas ou em grandes campos, como Mória ou Samos, no sentido de não ser exatamente o ponto de recepção inicial. Na verdade, as ilhas, por serem os primeiros pontos de acesso, estão

⁶ “A observação espontânea não estruturada: também chamada de observação informal, não-orientada, não-dirigida, não planejada, ou observação assistemática. É aquela em que, a partir de uma observação espontânea, são extraídas conclusões utilizando o mínimo de controle na obtenção dos dados observados” (Cunha, 1982, pp. 12-13).

demasiadamente sobrecarregadas, uma vez que estes locais são os responsáveis pelo cadastramento e triagem dos recém-chegados. Ou seja, eles seriam recepcionados nas ilhas e só então, após a triagem, seriam redirecionados para outros campos.



Figura 1 – Mapa da Macedônia, Grécia (Mapa retirado de GRECOTOUR, 2025).

Em 2015, cerca de 1 milhão de migrantes chegaram à Grécia, e muitos deles usaram as ilhas do mar Egeu como ponto de partida para o restante da Europa (Anguita Olmedo & González Gómez del Miño, 2019). Estas ilhas são apenas a “porta de entrada”, como dito anteriormente, pois os refugiados ou requerentes de asilo são remanejados de acordo com seu “grau de vulnerabilidade” para outros espaços. Faço-me aqui explicar: são realizadas entrevistas com os/as recém-chegados/as, por agentes legais do governo e tradutores, a fim de se confirmar se os indivíduos estão entre as seguintes categorias: doentes mentais, crianças não acompanhadas, mulheres separadas, deficientes físicos, pessoas idosas sozinhas, mulheres sozinhas, progenitores sozinhos; além dos casos relativos às vítimas de abuso psicológico, físico e/ou sexual (ACNUR, 2000). A partir daí, estes indivíduos, sejam eles homens, mulheres e/ou crianças, são enviados para outros campos, onde supostamente ficariam “menos expostos”.

De fato, é inegável a importância de reduzir ainda mais os danos e os traumas psicológicos acumulados não só pelos conflitos dos quais estas pessoas estão a fugir, mas também pela travessia e pelos impactos subsequentes à sua chegada. Todavia, o conceito de vulnerabilidade aqui torna-se ambíguo e até problemático, uma vez que configura o

Estatuto dos Refugiados como uma espécie de “estatuto negociável”, conforme defende Agier (2006). Exemplifico: a ACNUR (2000) enquadra em 15 as categorias consideradas “vulneráveis”; conceito este já questionado anteriormente. Afinal, embora alguns casos sejam óbvios demais, é preciso questionar se em contextos como este é possível medir o grau de vulnerabilidade humana como se fosse uma fita métrica? Se sim, como?

Imagine então, em um contexto real, uma jovem desacompanhada vítima de abuso sexual, entrevistada por dois agentes e um tradutor. Reviver estes traumas durante as entrevistas de triagem para garantir alguma “segurança”, além de desumano, muitas vezes, é inviável. A realidade que vos apresento foi um relato que ouvi durante minha atuação enquanto voluntária no Centro Comunitário.

Em verdade, certas vítimas jamais serão capazes de mencionar o que aconteceu; algumas delas por anos, outras por uma vida inteira, a menos que encontrem um ambiente seguro para fazê-lo.

De qualquer modo, após passar pelas triagens e serem remanejados para outros campos, estes seres humanos, munidos de um número de identificação, precisam ainda enfrentar outros obstáculos, de ordem econômica e social. Certamente, a pressão sobre a infraestrutura local, os serviços públicos e o sistema de saúde foi e continua sendo imensa. O sistema de saúde grego, por exemplo, enfrentou desafios significativos para atender às necessidades de uma população crescente, composta em grande parte por refugiados (Kotsiou et al., 2018).

Outrossim, as políticas da União Europeia em relação à migração, incluindo acordos com países como a Turquia para limitar o fluxo de migrantes, também afetaram a Grécia. Muitas vezes, a República Helênica ⁷foi vista como um “país de trânsito”, mas, devido a políticas de contenção, se tornou um lugar de estagnação para muitos migrantes (Stevens, 2018). Ao darem entrada no campo, os migrantes se deparam com a seguinte realidade: uma série de medidas restritivas implementadas pelas autoridades locais em resposta ao aumento da migração e centros de recepção que, embora tenham como objetivo processar os pedidos de asilo (Ilias et al., 2019), estes espaços, construídos para ofertar refúgio, tornam-se ambientes de contenção, onde os migrantes ficam retidos por longos períodos de tempo, enfrentando dificuldades de subsistência e, por conseguinte, de poderem avançar em seus processos migratórios. Não obstante, também precisam lidar

⁷ República Helênica é o nome oficial do Estado grego moderno, em grego: Ελληνική Δημοκρατία (Ellinikí Dimokratía). O termo “helênico” deriva de “Hélade” (Hellas), que é como os gregos chamam sua própria terra, e “helenos”, o nome que usam para si mesmos desde a Antiguidade.

com o fato de que agora são *outsiders* (Elias, 2000) e, por conseguinte, com o aumento das manifestações xenofóbicas e violência contra si; potencializados ainda pela presença de movimentos de extrema-direita e o apoio a políticas anti-imigração que exacerbaram a situação, levando a um ambiente hostil para os migrantes (Galariotis et al., 2017).

Ademais, a crise econômica na Grécia dificultou a prestação de serviços adequados aos migrantes. As autoridades frequentemente relataram escassez de recursos e infraestrutura para lidar com a situação (Psycharis et al., 2019). Isso resultou em condições de vida precárias para muitos migrantes que ficaram retidos na região. Um exemplo muito claro é a recente notícia⁸ veiculada pelo periódico El País, em janeiro de 2025, acerca da ausência de profissionais da saúde para atender a população dos campos. Se anexarmos isto ao fato de estas pessoas não possuírem também os recursos necessários para a compra de medicamentos, uma vez que estão completamente despossuídas (Freire, 1987), e o acesso à rede de saúde por outros meios, o resultado é simplesmente caótico.

Do ponto de vista legal, a situação fica ainda mais complexa em virtude da ausência da disponibilidade de profissionais do Direito, como advogados, técnicos jurídicos e até mesmo tradutores, para viabilizarem o processo de emissão do Estatuto dos Refugiados, que embora não seja exatamente eficaz (Nogueira, & Krohling, 2018), garante alguma segurança a estas pessoas despossuídas de qualquer direito ou dignidade. Tais fatos corroboram a complexidade da crise migratória e as respostas políticas que foram implementadas na Grécia e, mais especificamente, em Kavala; posto que refletem não apenas a situação atual, mas sobretudo as consequências sociais e econômicas as quais emergem de políticas que, muitas vezes, são impraticáveis e ineficazes diante de um desafio global tão significativo.

Cabe então ao trabalho das ONGs reparar o irreparável e aparar as arestas sociais que se prolongam devido a ausência da seguridade dos Direitos Humanos. Logo, a ausência de um padrão comum de dignidade é ainda evidenciada por Agier (2006), quando o autor afirma que “certa perenidade caracteriza os sítios humanitários, apesar do aspecto provisório e do tratamento de urgência de cada situação observada” (p. 201).

⁸ A notícia destaca que, apesar de investimentos significativos em tecnologia de vigilância nos campos financiados pela União Europeia, as clínicas médicas permanecem inativas devido à falta de pessoal. Por exemplo, uma clínica completamente equipada, incluindo salas de raio-X e equipamentos odontológicos, nunca foi utilizada por ausência de médicos. <https://elpais.com/internacional/2025-01-25/el-gran-hermano-de-la-ue-en-los-campos-de-refugiados-en-grecia-camaras-con-inteligencia-artificial-concertinas-y-normas-draconianas.html> [último acesso em: 11 de junho de 25]

Em primeiro lugar, é preciso destacar que o objetivo deste capítulo é, para além de apresentar o contexto político e socioeconômico da região, contextualizar e descrever o trabalho da organização, as atividades ali realizadas pelos/as voluntários/as e as dinâmicas que envolvem os/as beneficiários/as (refugiados e requerentes de asilo); haja vista que o percurso construído a seguir será o modelo empírico das discussões abordadas nas próximas secções e reflexões finais.

1.2. Descrição dos serviços prestados e a lógica de autonomia

A iniciativa por parte da Organização Não-Governamental, que tem contribuído para amenizar os impactos relativos à ausência de políticas públicas efetivas, além de procurar promover justiça social, cidadania e autonomia para os/as beneficiários/as. A ONG em questão é a única que opera em Kavala, sendo a única que acolhe e presta serviços aos beneficiários/as da cidade.

A instituição tem como foco promover algum melhoramento nas condições de vida e dignidade, nomeadamente justiça social, aos refugiados, requerentes de asilo ou comunidades em situação de vulnerabilidade que atuam na região, por meio do fornecimento de apoio material (como roupas, sapatos e produtos de higiene), educação informal (a partir da atuação dos/as voluntários/as em promover aulas de culinária, dança, música e inglês) e atividades recreativas para pessoas deslocadas e outras em necessidade, além de promover a autonomia (por meio da produção de currículos e disponibilização de impressoras), inclusão social e a solidariedade dentro da comunidade.

Os serviços prestados estão divididos por três espaços: uma loja de roupas, sapatos, acessórios (como cachecóis, gorros, bolsas e lenços para *hijab*, etc); um Centro Comunitário, que promove iniciativas de educação não-formal e demais formas de promoção da cidadania, como a criação de currículos para os beneficiários, *kids space*, *women space* e *men space*; e um jardim, local normalmente destinado para a convivência ou algum evento promovido pela ONG.

Ademais, em virtude do grande contingente de mulheres desacompanhadas e mães solteiras, ocorre, quinzenalmente, a *baby store*. Um evento para a distribuição de carrinhos de bebê, fraldas, roupas de bebê, demais acessórios e até brinquedos e livros, quando há disponível no estoque de donativos. Assim, a estruturação dos espaços e das atividades na loja e no centro comunitário revela uma cuidadosa organização, com foco na eficiência; os/as assistidos/as são recepcionados no *front desk*, onde são devidamente

cadastrados pelo nome, número do quarto em que residem no campo, número de membros da família (caso haja) e depois são fornecidas informações sobre apontamentos, política de funcionamento da *store*, bem como atividades e serviços disponíveis no Centro Comunitário.

Para o controle dos apontamentos, nos quais os indivíduos são direcionados em um dia e hora marcados à *store*, a fim de adquirirem itens para uso pessoal, conforme anteriormente citado, há o Livro Azul. Assim sendo, a utilização dessa “ferramenta”, combinada com as pastas, é para efetuar o registro e o controle detalhado para a marcação e realização dos atendimentos, assegurando que cada beneficiário tenha seu apontamento e o número de itens dos quais necessita. Os *files* (pastas) contam com o registro por nome, número do quarto, número de moradores por quarto, data do último apontamento, caso já tenha sido beneficiado, ou ainda se é a primeira visita. A sistematização desta forma é tão somente para garantir que todos/as sejam igualmente atendidos/as, modo de garantir a igualdade e a justiça.

Além disso, é uma maneira de humanizar o processo de recolha de donativos, uma vez que as pessoas são chamadas pelo nome e, ao exercerem o seu poder de escolha indo até a “loja”, é (re)construído um ideal de individualidade e empoderamento. Por isso, os voluntários são orientados a “atuar” como vendedores e tratar os beneficiários como seus clientes. Em verdade, há uma preocupação empática em garantir alguma satisfação para essas pessoas, entretanto, também é orientado que tentemos lidar com as frustrações, sejam dos beneficiários sejam as nossas próprias, quando um atendimento não sai como esperado.

O sistema funciona da seguinte maneira: no *front desk* são realizados os apontamentos, conforme anteriormente citado. Em seguida, no dia e hora marcados, a pessoa ou grupo/família dirigem-se à *store*, onde um dos/as voluntários/as irá coordenar o atendimento. As regras para a recolha de peças são: é possível escolher 5 peças no total, por pessoa, 3 peças de roupa (entre blusas, calças, camisas, shorts, saias, vestidos etc.) e 2 extras (nomeadamente itens de higiene pessoal: gilete, escova de dentes, pasta de dentes, shampoo, sabonetes; roupas íntimas ou de banho; travesseiros; acessórios, como lenços para *hijab*, bolsas, tiaras etc.). Todas as pessoas têm direito à recolha de um calçado e dois casacos, sazonalmente, ou seja, um casaco mais leve e outro para o inverno.

Em verdade, embora o limite de peças disponíveis para recolha não seja suficiente para suprir a demanda de quem está completamente desassistido em suas necessidades básicas, o modelo de atendimento permite conferir alguma dignidade a estas pessoas. Ao

escolherem um certo número de itens necessários, por pessoa, a cada mês, são tratados como “clientes” e não como meros receptores passivos de doações. Tal aspecto corrobora, então, a construção ou a reconstrução de uma autoestima e um senso de autonomia, ajudando-lhes a manter algum nível de controle sobre suas vidas, ainda que em situação de dependência.

Há também, em simultâneo com os atendimentos ocorridos na *store*, o Centro Comunitário. O local foi organizado de modo a promover atividades para os habitantes do campo de Kavala, a fim de que eles tenham um tempo de “normalidade” fora daquele ambiente. É reiterado várias vezes entre nós, voluntários, o desejo de fazer não só da loja, mas deste espaço um “*safe space*” (um espaço seguro; o refúgio, de fato). Assim, foi criado um cronograma de atividades distribuídas ao longo da semana: às segundas são oferecidos atendimentos para a criação de currículos, às terças *women space*, às quartas ocorre o *kids space*, às quintas *men space* e às sextas exibição de filmes.

1.3. Limites éticos e envolvimento pessoal: da pesquisadora à voluntária

Nesta subsecção, faz-se mister pontuar a importância da imersão do pesquisador no campo, conforme argumentam José Filho e Dalbério (2006, p. 64) ao afirmar que “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”. Assim, a busca pelo conhecimento de um fenômeno constituinte de determinado plano concreto busca, acima de tudo, uma aproximação com o objeto, em virtude da complexidade e do dinamismo dialético. Todavia, não existe pesquisa sem o amparo e o suporte de técnicas, bem como de instrumentos metodológicos adequados, como as entrevistas, que permitam a aproximação concreta ao objeto estudado.

Por outro lado, também importa destacar aqui que o objeto de estudo se encontra, muitas vezes, “ilhado”. Ou seja, quando há um distanciamento deste em relação à realidade coletiva, é imprescindível ao pesquisador, com o fito de refletir e compreender o fenômeno social e seus envolvidos, uma espera menos superficial, um certo afastamento do fato; uma vez que, parafraseando Saramago (1997), “é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não saímos de nós”⁹. Da mesma forma, o *fazer-ser*

⁹ A frase é frequentemente associada ao escritor português José Saramago, que a usou em “O Conto da Ilha Desconhecida” (1997).

pesquisa/pesquisador demanda não só uma certa aproximação ao espectro analisado, mas, concomitantemente, um certo afastamento.

A respeito da minha experiência enquanto voluntária e pesquisadora devo dizer que a linha não é só tênue, mas profundamente ambígua, tendo em vista os inúmeros desafios éticos e emocionais que se sobrepõem de maneira constante e que tensionam uma separação entre a participação ativa e a observação (supostamente) imparcial requerida pelo academicismo.

Em termos de barreiras enfrentadas enquanto voluntária-pesquisadora, destaco: diferenças linguísticas, culturas, relatos de trauma, e carência estrutural como as mais emergentes. Todavia, é preciso mencionar que a quebra de paradigmas pessoais, a necessidade de cumprir com o regimento da instituição, como o respeito ao número de peças que podem ser coletadas ou a necessidade de não-construção de vínculos afetivos com os beneficiários, foram os mais densos e sensíveis desafios por mim enfrentados.

1.4. Metodologia de escuta, observação e entrevistas

Antes de mais, pontuo que a metodologia deste trabalho não se configura apenas como um método de observação, mas antes como uma metodologia de escuta.

Sob a perspectiva de Seidman (2006), algumas competências são fundamentais ao pesquisador/a para realização da entrevista enquanto metodologia de investigação acadêmica, são estas: escuta, clareza, fluidez. Em primeiro lugar, o autor caracteriza a escuta como sendo a capacidade mais importante, uma vez que exige concentração não só no conteúdo, mas na “voz interior” e no processo em si. Outrossim, é de fulcral importância que os entrevistadores se atenham ao que é dito pelo participante, conduzindo o processo por meio da elaboração de perguntas claras, além da busca por detalhes concretos. E, finalmente, ao fazer perguntas eficazes, o pesquisador deve ser capaz de permitir a fluidez do processo, sem interrupções.

De fato, é preciso não só empatia para desenvolver uma escuta atenta, como também sensibilidade para perceber determinadas pausas, hesitações, desconfortos, emoções e, até mesmo, aquilo que fica subentendido, nas entrelinhas. A transcrição, infelizmente, não é capaz de transpor ao leitor timbre, entonação, muito menos sentimentos, entretanto, quando bem construído o guião, é possível acessar dimensões mais profundas dos discursos.

Nesse sentido, é preciso ressaltar, mais uma vez, a importância de ter “calçado os sapatos” dos/as voluntários/as enquanto pesquisadora, uma vez que experienciei a habitação dos/as voluntários/as, dividi o cotidiano do trabalho, estive sujeita ao mesmo regimento e protocolos desenvolvidos pela ONG, além de ter lidado diretamente com os/as beneficiários/as e, em muitos momentos, com a comunidade local. Experienciei, portanto, uma imersão profunda, cuja participação direta e colaborativa com os sujeitos da pesquisa possibilitou maior reflexividade que, por sua vez, me permitiu desenvolver uma maior consciência crítica e empática não só sobre o objeto de estudo, agora ainda mais humanizado, mas também acerca do papel sociopolítico do pesquisador no processo investigativo, especialmente, por se tratar de uma pesquisa no campo da Ciências da Educação.

Assim sendo, é possível promover, verdadeiramente, uma participação ativa, um fazer pesquisa que não seja unilateral, preso à bolha acadêmica, mas que seja um fazer ciência ético, justo, cidadão e colaborativo. Somente dessa maneira, os sujeitos estudados serão, em certa medida, autores de suas próprias vozes e questões, pois às Ciências Humanas, sobretudo às Ciências da Educação, recai o papel de compreender e intervir nos contextos socioeducativos em torno da igualdade e diversidade, da proteção social, e da produção e acesso à cultura.

Como já mencionado anteriormente, para realizar esta investigação, foi utilizado o modelo de entrevista *semiestruturada*. De fato, para o constructo de uma investigação científica faz-se mister a realização de um processo sistêmico e rigoroso de observar, descrever e interpretar determinado fenômeno da realidade, o qual demanda a adoção de métodos que possibilitem alguma operacionalização (Sampieri, Collado & Lucio, 2013).

Todavia, para além da tradicional materialização da metodologia, faz-se crucial enfatizar a importância de um *fazer ciência* que leve em consideração muito mais o objeto pesquisado, seu contexto (meio) e a sua realidade, do que a ânsia do investigador em saciar sua curiosidade ou, ainda, cumprir um programa de investigação.

É preciso repensar o *fazer-ser* ciência-cientista, mas não sob uma lente romântica, ao contrário, sob uma lente que seja resolutiva ao mesmo tempo em que é empática e promova a visibilidade daqueles que não conseguem falar por si mesmos, seja porque estão isolados, seja porque não têm os recursos para fazê-lo.

Por esse motivo, a atuação enquanto voluntária-pesquisadora neste estudo exploratório de voluntariado permitiu, como ponto de partida, a construção do presente

trabalho. A experiência atuando com voluntários/as foi fundamental para, a partir de uma sensibilização promovida pela própria atuação enquanto uma destes pares, informar a escolha do objeto de estudo, os guiões de entrevista e, finalmente, a seleção dos/as participantes.

Por esse motivo foi feita escolha das entrevistas semiestruturadas, pois segundo Oliveira, Guimarães e Ferreira (2023, p. 222), o modelo “permite tanto a realização de perguntas indispensáveis à pesquisa que precisam ser respondidas, quanto a relativização dessas perguntas, dando liberdade ao entrevistado e possibilitando o surgimento de novos questionamentos não previstos pelo pesquisador”.

1.5. Participantes: perfil e seleção

Nesse sentido, a metodologia qualitativa utilizada, por meio dos métodos de pesquisa das entrevistas semiestruturadas, além da observação informal, contou como requisitos para a participação dos entrevistados as seguintes categorias: tempo mínimo de, pelo menos, um mês atuando no campo; vinculação com a ONG observada; disponibilidade e desejo em participar de forma consciente e voluntária; idade mínima de 18 anos; função ou papel desempenhado durante o voluntariado; falantes de língua inglesa.

Foram selecionados seis (6) participantes de diferentes idades e nacionalidades, ambos falantes de suas línguas nativas e inglês; idioma usado para a realização das entrevistas e cuja tradução livre possibilitou a apresentação e análise dos resultados no Capítulo V.

A seguir, a Tabela 1 apresenta o perfil dos/as participantes deste estudo, bem como a devida codificação (exemplo: V01-F-21, no qual a letra V significa voluntário, seguido do número, gênero e idade do/a entrevistado/a), que será usada ao longo da dissertação sempre que se justifique mobilizar os contributos dos/as voluntários/as entrevistados/as.

Tabela 1 – Perfil dos Participantes do Estudo

Código	Idade	Gênero	Nacionalidade
V01-F-21	21	Feminino	Italiana
V02-F-22	22	Feminino	Italiana
V03-M-24	24	Masculino	Neerlandesa
V04-F-24	24	Feminino	Neerlandesa

V05-F-32	32	Feminino	Húngara
V06-F-32	32	Feminino	Singapurense

Em síntese, os critérios de seleção foram estabelecidos com base na necessidade de compreender as experiências de voluntários/as atuantes na ONG que atende a população do campo de refugiados de Kavala, com pelo menos um mês de atuação, garantindo assim uma vivência adequada. Além disso, priorizamos voluntários com diferentes idades, nacionalidades – conforme a tabela, tem-se: italiana, neerlandesa, entre outros –, funções desempenhadas na ONG (coordenação, apoio às famílias, atenção direta aos/as refugiados/as), assegurando uma diversidade que enriquece a análise. E, finalmente, a fluência em inglês foi necessária para garantir a compreensão adequada das entrevistas e evitar barreiras linguísticas que pudessem comprometer a coleta e a interpretação de dados. Ademais, ressalta-se que a participação foi voluntária e consciente, com requisitos de disponibilidade e interesse claros para preservar a autenticidade do envolvimento e com consentimento informado.

1.6. Eixos para análise de dados das entrevistas

Após a realização e tradução livre das entrevistas, os dados colhidos foram devidamente codificados, incluindo etapas específicas, como: a leitura exaustiva das transcrições/traduições, a identificação de unidades de significado – marcação de trechos dos discursos cuja ideia central esteja alinhada aos objetivos da pesquisa –, a categorização inicial, e o refinamento das categorias em principais e subcategorias. Para tanto, a codificação foi realizada de forma manual e com uso do software *NVivo* para garantir maior acurácia.

Para análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), usamos o seguinte modelo de categorização: agrupamos em três grandes categorias temáticas: i) trajetória e integração do voluntariado; ii) práticas institucionais e relações no campo (tanto entre voluntários/as, quanto com beneficiários/as e comunidade local); iii) o contexto e as interações sociopolíticas. Ambas foram subcategorizadas em:

- i) Motivação e Início, Integração na ONG e Impacto Pessoal;
- ii) Papel das Atividades, Práticas Institucionais, Relações Interpessoais, Desafios Enfrentados e Sugestões para a ONG;

- iii) Como os próprios agentes sociais percebem o Voluntariado em Crises Humanitária; Relação com a Comunidade Local.

Tabela 2 - Categorias e Subcategorias de Análise das Entrevistas

Categoria Geral	Subcategorias de Análise
Trajetória e Integração do Voluntário	- Motivação e Início - Integração na ONG - Impacto Pessoal
Práticas Institucionais e Relações no Campo	- O Papel das Atividades realizadas no Centro Comunitário - Práticas Institucionais - Relações Interpessoais - Desafios Enfrentados - Sugestões para a ONG
Contexto e Interações Sociopolíticas	- Voluntariado em Crises Humanitárias - Relação com a Comunidade Local

As categorias gerais (principais) - trajetória e integração do voluntário, práticas institucionais e contexto sociopolítico - foram fundamentadas tanto na literatura quanto na análise emergente dos dados. Portanto, para corroborar as categorias acima citadas foram extraídos exemplos de trechos codificados das entrevistas, com o respectivo código dos participantes. Esses excertos foram utilizados para validar a classificação, e ajustes nas categorias que ocorreram ao longo do processo de revisão, a fim de refletir de forma mais fiel os discursos dos participantes envolvidos no estudo.

CAPÍTULO II – CIDADANIA E REFÚGIO: OS LIMITES ENTRE A LEGALIDADE E A EXCLUSÃO

Este capítulo está dividido em cinco partes. Na primeira parte é apresentado o conceito de “cidadania de papel” defendido por Dimenstein (1995) e que inspira esta seção para refletirmos acerca dos limites entre o reconhecimento legal e a negação da cidadania no plano real. Em seguida, apresentaremos as “vidas que resistem” a partir da ponte invisível com o voluntariado, uma vez que esta ação social procura promover o empoderamento de populações em situação de vulnerabilidade para a garantia de alguma cidadania; a transformação social que as redes de solidariedade e as comunidades de suporte em parceria aos/às beneficiários/as promovem de forma concomitante; os limites e desafios do voluntariado na promoção da cidadania em contextos de crise humanitária; e, finalmente, as questões de gênero relativas à prática.

2.1. “Cidadania de papel”: quando há reconhecimento legal e negação no real

Este subcapítulo tem por objetivo compreender não só o limiar entre a legalidade do Estatuto dos Refugiados frente aos processos de exclusão que ocorrem na prática, mas também perceber como o voluntariado torna-se um instrumento para a promoção da cidadania em contextos de crise humanitária. Assim, o parágrafo 2 do Art. 1 da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados entende *refugiado* como alguém:

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.
(p. 2)

O estatuto em questão assegura direitos humanos fundamentais por vias legais, tais como: educação, trabalho, moradia, assistência médica, liberdade religiosa e proteção jurídica, entretanto, o direito à cidadania é relativo ao país cujo acolhimento ocorre. Clarifico: os refugiados permanecem cidadãos e cidadãs de seus países de origem, caso exista, mas o processo de naturalização depende da legislação de cada território nacional. No caso dos requerentes de asilo a situação é ainda mais grave e complexa, uma vez que seu *status* e refugiado não é reconhecido, logo, estas pessoas estão ainda mais aquém de alcançar a tão sonhada cidadania.

O questionamento “Quem é, efetivamente, cidadão?” não é nada novo, e assim nos faz remontar aos tempos da Antiguidade, com o conceito oligárquico de cidadania dentro das *pólis* gregas. O filósofo Aristóteles já defendia no *Lykeion* (Liceu) e em seus escritos que: “Nenhum indivíduo é cidadão só porque habita num determinado lugar. (...) Nem pode o nome de cidadão ser dado àqueles que partilham os mesmos direitos cívicos” (1998, p. 185). De fato, a relativização do conceito proposta pelo filósofo é cada vez mais reforçada pela ótica neoliberal. E tal fato é corroborado por Santos (2011, p. 87) quando afirma criticamente: “há cidadania e cidadania”. Existe, portanto, uma relativização daqueles/as que podem ou são considerados cidadãos e cidadãs e é exatamente esse “limbo” o fator motriz para o reforço de desigualdades sociais e ausência da garantia dos direitos humanos universais.

Sob uma perspectiva decolonial, Gilberto Dimenstein (1995), ao escrever “Cidadão de Papel”, descreve um modelo de cidadania previsto pelas leis, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo, mas que não necessariamente extrapola os limites do papel, uma vez que a garantia de acesso a estes direitos é, muitas vezes, ineficaz, sobretudo quando adentramos a realidade dos refugiados. Assim, quando há reconhecimento legal e negação no real, a existência de leis não se configura obrigatoriamente como a garantia de uma cidadania. Em verdade, o conceito torna-se arbitrário à medida que autoridades governamentais fazem uso deste para postergar a legalização de grupos em trânsito, como os que aqui tratamos. Logo, não só o conceito de “cidadão”, mas o conceito de cidadania em si torna-se meramente um amontoado de sintagmas e sentenças numa folha de papel: disfuncional, restrito e sem exercício na prática.

A lógica aristotélica reforça isto ao afirmar: “e a lei também tornar-se-ia um simples convênio – ou na frase do sofista Licofronte “*uma garantia de direitos dos homens*” –, mas incapaz de tornar bons e justos os cidadãos.” (Aristóteles, 1998, p. 219). Ou seja, a existência deste conjunto legal não garante dignidade humana, sendo contraposta por Santos (2011, p. 160) quando o autor afirma: “O homem livre nasce com a desalienação e se afirma no grupo. O cidadão, porém, é uma categoria política que só tem eficácia enquanto categoria jurídica. Por isso, é mais fácil chegar a ser uma personalidade forte, liberada, que, mesmo, um cidadão.”

Por conseguinte, a tomada de consciência dos processos relativos à construção da cidadania é de fulcral importância para perceber como ocorrem os processos de inclusão e exclusão no âmbito dos refugiados e requerentes de asilo. Nesse sentido, importa

sublinhar que os processos de exclusão social operam por meio de estruturas que restringem o acesso a direitos e participação, tornando a cidadania efetiva um privilégio para poucos (Lister, 2003, p. 44), sobretudo se levarmos em consideração o tempo de espera aos quais os/as requerentes de asilo são submetidos/as e a perenidade do estatuto para aqueles/as que o possuem, como os refugiados, tendo em vista a ausência do status de cidadão nos países egressos.

Para Lister, “a cidadania deve ser entendida não apenas como um status legal, mas como uma prática vivida” (2003, p. 45). Em paralelo, Santos (2011, p. 160) dialoga com essa constatação quando declara: “A luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado”. De fato, torna-se ainda mais evidente que a cidadania, ao não se limitar às vias legais, encontra-se em um limiar, a depender do referencial que se adota, leia-se: os sujeitos e as nações das quais advém; pois ao passo em que esta pode ser um grande privilégio, também pode ser um fator determinante para o enfrentamento de processos de privação, marginalização e negação de direitos.

A “Condição Humana” (Arendt, 2000), conforme descrita na obra da autora, consagra as formas básicas de estruturação da atividade humana, sendo estas: trabalho, obra e ação. Com efeito, esta última é a mais importante, já que se trata da atividade social e, por isso mesmo, política. A ação, que ocorre nos espaços públicos, confere aos indivíduos a liberdade de manifestação por meio do discurso e da deliberação. Compreender a condição humana é também conferir o respeito ao indivíduo, ou seja:

é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância. A cidadania, sem dúvida, se aprende. (Santos, 2011, p. 82)

Diante desse complexo panorama, componente fundamental, enquanto pano de fundo deste estudo, para a compreensão da ação voluntária em contextos de crise humanitária, é sim de extrema relevância compreendermos como as questões jurídicas (ou a ausência delas) impactam diretamente nas condições de vida de refugiados e requerentes de asilo, e como a ação voluntária se desenvolve enquanto meio para a promoção da cidadania, sabendo que o conceito do qual nos valemos parte de uma ótica decolonial.

Quando Santos (2011) nos fala acerca de uma cidadania que pode ser aprendida, é possível estender esse entendimento à prática voluntária, uma vez que o engajamento do corpo voluntário impacta diretamente na promoção da cidadania, haja vista se tratar de um conjunto não só de direitos, mas também de deveres, como uma forma de participação social e política, pois seja direta seja indiretamente, estas pessoas estão envolvidas na defesa dos direitos humanos e na promoção da inclusão social. Em verdade, se o Estado peca no reconhecimento – conceito que aprofundaremos no capítulo seguinte –, a ação voluntária torna-se um ato de existência política.

Em relação à realidade enfrentada nos campos de refugiados, a máxima acima é ainda mais potencializada, posto que estas estruturas construídas para alojar os recém-chegados são fundamentalmente arquitetadas para o isolamento, sobretudo quando se leva em consideração a localização destes espaços. Segundo Agier (2006, p. 199), “os sítios humanitários situam-se nas margens, afastados dos locais de vida social e da vida, simplesmente”.

Os campos são, assim, espaços de perpetuação de uma exclusão social já sistematizada, ou seja, são “espaços de exceção” (Agier, 2006, p. 199). As instalações destas pessoas nos campos de refugiados em “áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual” intensifica a ideia de isolamento, pois “é como se as pessoas nem lá estivessem” (Santos, 2011, pp. 119-120).

Tal invisibilidade estruturalmente projetada pelas Nações que recebem esse contingente humano torna-se mais visível e palpável se observarmos as condições de chegada ou não (como é o caso das vítimas dos *pushbacks*, por exemplo), de alocação e de *sobrevivência* nestes espaços. Segundo Agamben (2002, pp. 187-189), estas vidas estariam submetidas a este “novo” poder soberano, cuja autoridade pode não só excluir do espaço político (invisibilizar), como de fato já ocorre, mas também matar sem que isso constitua homicídio ou uma violência ilegítima, uma vez que elas não pertencem ao bloco de direitos ou de solidariedade que regem a vida política formal local.

E é exatamente por este fato que se reforça a necessidade não só de ações sociais urgentes, mas também de médio-longo prazo, pois a *estadia* nos campos é indeterminada, precária e vulnerabiliza ainda mais as pessoas que ali habitam, o que reforça o papel e a atuação dos/as voluntários/as enquanto presença política. Por isso, o voluntariado recai não como *Cáritas*, todavia como uma participação política que se posiciona contrária à interpelação de direitos fundamentais. Logo, o que aqui se propõe a estudar é exatamente essa presença em prol do empoderamento das populações em situação de vulnerabilidade.

2.2. “Vidas que resistem”: empoderamento das populações em situação vulnerável a partir da ação voluntária

O conceito de “vida nua” (ou “vida pura”) foi defendido por Agamben (2002), quando se referiu a uma forma de vida desprovida de qualquer conteúdo, seja político seja social, reduzida apenas à sua existência biológica: sem direitos, dignidade ou, tampouco, proteção jurídico-política. Sob essa premissa, a condição de refugiado ou de solicitante de asilo, infelizmente, não diverge muito, muito embora estes indivíduos sejam apenas “pessoas ‘normais’ colocadas em situações ‘anormais’”, conforme Agier (2006, p. 203).

Assim, a crise humanitária é, antes de tudo, “uma crise de identidade”, uma vez que “é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (Hall, 1986, p. 7). Há, portanto, uma espécie de despersonalização destas pessoas completamente *despossuídas*; um novo país, uma nova língua, uma nova religião, uma nova cultura, muitas vezes antagônica e excludente.

Nesse sentido, faz-se necessário salientar o fato de que qualquer pessoa está sujeita, a qualquer momento, à condição de solicitante de asilo/refugiado. E é a tomada de consciência dessa premissa básica o ponto de partida para a ação voluntária nestes contextos. É exatamente por ter essa compreensão que a ação dos/as voluntários/as contribui para a reconstrução da autonomia e da dignidade dos refugiados. No caso da ONG estudada, isso se dá por meio da distribuição de donativos na Loja de forma humanizada, ativa e não-passiva, como geralmente ocorre, além da oferta educativa não-formal e iniciativas de lazer por meio do Centro Comunitário.

O impacto das ações voluntárias na conscientização sobre direitos e deveres de refugiados e requerentes de asilo configura-se como principal dimensão de reflexão deste trabalho. Parte-se do entendimento de que o indivíduo plenamente desenvolvido só pode emergir de uma sociedade igualmente desenvolvida. Nesse sentido, como afirma Horkheimer (1974, p. 135), “[a] emancipação do indivíduo não é a emancipação da sociedade, mas a superação, pela sociedade, do risco de atomização, uma atomização que alcança o seu auge nos períodos de coletivização e cultura de massa”. Este argumento evidencia a ideia de uma sociedade coesa, inclusiva e consciente para que os indivíduos possam alcançar autonomia e cidadania plena.

Nesse contexto, o papel dos/as refugiados/as também deve ser compreendido para além da condição de vítimas passivas. A este respeito, Agier (2006) salienta que “[a]gir, tomar a palavra nos lugares de exílio, é, para os refugiados, recusar a vulnerabilidade como tratamento da pura vítima sem nome, ao mesmo tempo em que se inscreve no espaço que ela funda mais nitidamente, o dos campos. Nasce aí a única revolta possível, a que encarna a política da vida que resiste” (p. 211). A resistência manifesta-se, portanto, na preservação de sua identidade: manter sua fé, seus hábitos, costumes e língua torna-se um ato político, uma forma de reafirmar a própria humanidade diante da marginalização.

A relação entre os/as refugiados/as e os corpos voluntários insere-se nesse processo de resistência e reconstrução de vínculos sociais. Aqueles/as que já alcançaram algum grau de reconhecimento pelas agências humanitárias tendem a adotar as ONGs e as organizações internacionais como seus “parceiros sociais” naturais” (Agier, 2006, p. 206). Essa parceria não apenas facilita o acesso a direitos e serviços básicos, mas também fortalece espaços de escuta, participação e protagonismo para os/as refugiados, evidenciando o papel fundamental do voluntariado na promoção de uma cidadania ativa e inclusiva.

Nesse sentido, a reflexão sobre a cidadania ganha ainda mais relevância, considerando Marshall (1950)¹⁰, quando propõe a conceituação de cidadania enquanto a integração dos direitos civis, políticos e sociais, pois somente esta coesão garantiria a plena participação dos indivíduos na sociedade. De forma complementar ao autor, a perspectiva apresentada por Tereza Haguette (1981-1982), descreve a evolução da cidadania em três etapas fundamentais. A primeira consiste na aquisição do estatuto de cidadão/ã, com o reconhecimento de direitos políticos individuais. Em seguida, a fase dos direitos coletivos, ligados aos grupos que formam a coletividade nacional, os quais passam a ter legitimidade para constituir associações representativas. Por fim, a fase dos direitos sociais, que “garantiriam ao indivíduo um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza e a doença, assim como uma participação na herança social” (p. 124). Esta compreensão é essencial para pensar a inclusão dos refugiados nas sociedades

¹⁰ Não obstante este importante contributo teórico, é relevante salientar que a proposta de T. H. Marshall (1950) tem sido alvo de críticas por adotar uma perspectiva funcionalista da educação. Em particular, destaca-se a noção de que as crianças e jovens, enquanto “cidadãos-em-formação” (*citizens-in-the-making*), ainda não detêm plenamente o estatuto de cidadãos e cidadãs (e.g., Biesta & Lawy, 2006; Ribeiro, 2014). Esta conceção tem sido considerada limitadora, pois entende a cidadania como um processo de aquisição gradual de experiências e competências, o que coloca as crianças e jovens (ainda-não cidadãos/ãs) numa posição de inferioridade face aos adultos (e.g., Ribeiro, Neves & Menezes, 2017).

de acolhimento e o papel das ações voluntárias na construção de trajetórias de cidadania efetiva.

2.3. A transformação social: redes de solidariedade e suporte comunitário

Nós somos um produto dos outros. E vice-versa. O contato, por meio das redes de solidariedade e suporte comunitário, é capaz de promover transformações. Os/as voluntários/as têm um papel relevante na criação dessas redes, que se tornam um “lugar de exercício da cidadania” (Agier, 2006, p. 204). Há, portanto, uma transformação social promovida bilateralmente, tanto por parte das redes de apoio institucionais, como as ONGs por meio da atuação voluntária e pela comunidade local ao se dispor à entrega de donativos, bem como a participação dos/as beneficiários/as nas atividades promovidas no Centro Comunitário, por exemplo, e no exercício do seu poder de escolha, ao selecionar os itens dos quais necessita.

Em verdade, é preciso reconhecer a dinâmica de *desculturalização* a qual são submetidos os/as refugiados/as ao experimentarem os conflitos, as múltiplas violências e as inúmeras perdas durante a travessia até o continente europeu. Todavia, sem romantizações, embora a desculturalização seja perda, ela também é um processo de doação. Santos (2011, p. 141) corrobora a ideia e segue ao afirmar que:

o novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida.

Sob essa premissa, os/as beneficiários/as e os/as voluntários/as simultaneamente modificam-se. Os/as refugiados/as e requerentes de asilo estão nesse “ponto de ruptura” identitária, uma vez que se encontram em um novo ambiente, com culturas, línguas e valores morais e éticos distintos dos seus. Para tanto, fica cada vez mais evidente que a identidade é, na verdade, uma narrativa a ser construída. E o voluntário enquanto presença política é a ponte pela qual serão inseridos e adaptados à nova realidade.

Ainda segundo Santos (2011, p. 139), “é por isso que as migrações agredem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu

novo lugar. Desterritorialização é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são também desculturização”.

Uma vez desterritorializados, os indivíduos egressos passam por um processo não só de reconstrução de autonomia e dignidade, mas acima de tudo de resgate da própria individualidade, uma vez que sofrem com o processo de desculturalização. Nesse sentido, a ONG intenciona por meio de atividades no Centro Comunitário e da Free Store, promover, na medida do possível, aquilo que foi “perdido”.

Ademais, Lister (2007, pp. 50-52) também sugere que a cidadania pode ser construída ou reconstruída de forma mais inclusiva quando, a partir da compreensão das dinâmicas de inclusão/exclusão, para grupos marginalizados através do desenvolvimento de formas diferenciadas e em múltiplos níveis de cidadania, há o reconhecimento e a acomodação das diferenças. Para tanto, a autora defende os quatros pilares (ou valores) que emergem das vozes dos sujeitos sociais uma vez que, por sua condição de vulnerabilidade ou marginalidade, desafiam ou complementam os discursos oficiais – e muitas vezes até acadêmicos – dominantes. São eles (Lister, 2007, p. 50): justiça, ou seja, a compreensão daquilo que é justo em relação ao tratamento diferenciado ou indiferenciado das pessoas, a depender do contexto. O reconhecimento, que pode ser entendido como a valorização da existência; do valor intrínseco, inato, de todos os seres humanos, além do respeito às suas diferenças. A autodeterminação, percebida como a capacidade das pessoas de exercer algum grau de controle sobre suas vidas, articulando-se especialmente à experiência de pessoas em situação de refúgio, uma vez que enfrentam barreiras específicas à autonomia e participação, como a não vinculação de direitos políticos. E, por fim, a solidariedade, tida como a capacidade de identificar-se com os outros e agir em união com eles na luta por justiça e reconhecimento.

Finalmente, a efetiva compreensão dos quatro pilares ou valores da cidadania inclusiva (Fraser, 2000) implica o avanço de uma cidadania além do entendimento oligárquico/tradicional centrado no Estado-nação, incluindo o reconhecimento e o respeito das diferenças nos mais diversos espaços e contextos, como o íntimo, o doméstico, o local, o regional e o global. Por conseguinte, as teorias de cidadania inclusiva (Fraser, 2000), ao enfatizarem valores como reconhecimento, participação e direitos, garantem que grupos de pessoas, em situação de vulnerabilidade e marginalização pelo *status quo* vigente, possam participar ativamente da vida social, política e cultural.

Todavia, ainda que a participação dos/as voluntários/as, enquanto *outsiders* (Elias, 2006) seja fundamental para estabelecer essa conexão, é preciso salientar a importância das dinâmicas entre os/as próprios/as beneficiários/as, uma vez que criam dentro dos campos verdadeiras cadeias de suporte comunitário de apoio mútuo. A autora Maria Luiza de Souza aponta o “auxílio mútuo entre vizinhos e grupos que moram numa mesma área é um exemplo. A prontidão do auxílio mútuo ou a ajuda mútua é a mais presente na população em época de crise. É essa ajuda mútua que vai dar lugar à conceituação da chamada ação comunitária.” (Souza, 2000, p. 27). E, de fato, isso acontece quando estendemos essa concepção às dinâmicas no campo de refugiados em Kavala e, possivelmente, em muitos outros.

Durante meu período como voluntária observei que, devido ao grande contingente de mulheres desacompanhadas e mães solteiras, para que pudessem trabalhar e prover para suas famílias, as mulheres se revezavam, numa espécie de rodízio. As que não podiam sair do campo por estarem gestantes, em puerpério ou mesmo com alguma dificuldade para sair dos alojamentos, contavam com o apoio e suporte de seus pares femininos para a marcação dos apontamentos, realização de compras nos mercados e até a seleção de donativos, quando comunicado previamente à gestão da ONG.

Em verdade, conforme Maria Luiza Souza (2000, p. 23):

[...] uma comunidade se desenvolve não só à proporção que se desenvolve a capacidade criadora do homem para superar as barreiras da natureza, mas, sobretudo, à medida que tal capacidade criadora é colocada a serviço da superação das barreiras sociais que impedem diversos segmentos da população participarem na definição dos objetivos sociais, de controlar a operacionalização destes objetivos e de usufruir dos benefícios do progresso social.

Diante do exposto, é possível concluir que embora haja um voluntarismo plenamente delineado em termos acadêmicos, há um outro, invisível, mas de igual importância, social e político. Uma prática escondida, mas igualmente forte, cujo exercício diário nas pequenas urgências do cotidiano também promove cidadania, também se configura ainda mais profundamente como uma existência política. Pois, ao não permitir que o outro sucumba às próprias adversidades, o “eu” se faz resistência e as vidas seguem resilientes.

2.4. Os limites e os desafios do voluntariado na promoção da cidadania

As potencialidades e os limites/desafios enfrentados, paradoxalmente, encontram-se no “meio do caminho”, assim sendo, pode-se afirmar que o limiar é tênue, o que torna o campo de atuação um local ao mesmo tempo *rico e perigoso*. Certamente são muitas as barreiras institucionais e estruturais que dificultam a efetivação da cidadania em contextos de crise humanitária e limitam, de certa forma, a atuação do corpo voluntário.

Souza (2000, p. 30) menciona a ação comunitária como sendo a resultante de um esforço cooperativo de determinada comunidade, ou seja, um “[...]esforço tanto mais valioso quanto mais consciente. Ele, no entanto, por vezes, precisa da ajuda externa, tendo em vista que a comunidade cada vez mais se torna dependente de um poder centralizado e de condições materiais de existência que se centralizam e se desenvolvem sob o controle de alguns grupos sociais restritos”.

Analogamente ao exposto da autora, há de se reconhecer que algumas das maiores limitações para a promoção de direitos e deveres constituintes da prática cidadã, são relativas à imposição de políticas restritivas dos Estados, a morosidade para conferência do Estatuto dos Refugiados para estas pessoas, além da disposição de estruturas dignas, principalmente de saúde e habitação.

No cenário grego, sobre o qual temos nos aprofundado, de fato, houve uma intensa pressão sobre a infraestrutura local, os serviços públicos e o sistema de saúde. O sistema de saúde, por exemplo, enfrentou desafios significativos para atender às necessidades de uma população crescente, composta em grande parte por refugiados/as (Kotsiou et al., 2018). Além disso, as políticas da União Europeia em relação à migração, incluindo acordos com países como a Turquia para limitar o fluxo de migrantes, também afetaram a Grécia. Assim, o país foi visto como um “país de trânsito” (Stevens, 2018), passou a ser um local de imobilismo para refugiados/as e requerentes de asilo.

Do ponto de vista legal, a situação fica ainda mais complexa em virtude da ausência da disponibilidade de profissionais do Direito, como advogados, técnicos jurídicos e até mesmo tradutores, para viabilizarem o processo de emissão do Estatuto dos Refugiados, que embora não seja exatamente eficaz, garante alguma segurança a estas pessoas despossuídas de qualquer direito ou dignidade.

Por conseguinte, ao dar entrada no campo, os migrantes se deparam com a seguinte realidade: uma série de medidas restritivas implementadas pelas autoridades locais em resposta ao aumento da migração e centros de recepção que, embora destinados

a processar pedidos de asilo, muitas vezes se tornaram espaços de detenção e contenção (Ilias et al., 2019).

Não obstante, também precisam lidar com o fato de que agora são *outsiders* (Elias, 2000), sob o referencial dos nativos gregos. Em paralelo, o exponencial aumento das manifestações xenofóbicas e violências dos mais variados tipos tendem a ser potencializadas não só pela ascensão de movimentos de extrema-direita, mas também pelo respaldo crescente às políticas restritivas de imigração em quase toda a União Europeia; o que contribui para a consolidação das medidas de contenção e para a limitação do acesso de migrantes a direitos fundamentais e à mobilidade (Galariotis et al., 2017), que exacerbaram a situação. Por fim, o resultado é contrário ao que se espera de um refúgio, tendo em vista que os campos se tornam um ambiente bastante hostil para os migrantes.

Ademais, a crise econômica na Grécia dificultou a prestação de serviços adequados aos migrantes. As autoridades frequentemente relataram escassez de recursos e infraestrutura para lidar com a situação (Psycharis et al., 2019). Isso resultou em condições de vida precárias para muitos migrantes que ficaram retidos na região. Um exemplo muito claro é a ausência de profissionais da saúde para atender a população dos campos. Se anexarmos isto ao fato destas pessoas não possuírem também os recursos necessários para a compra de medicamentos e o acesso à rede de saúde por outros meios, o resultado é muito preocupante.

Sobre as organizações não-governamentais e a ação recai um peso que se configura no atendimento real de um contingente humano em situação de vulnerabilidade, uma vez que a ação social, segundo Souza (2000, p. 32), quando definida pelo Estado em questão ou pelo seu contexto institucional e não pela população a ser atingida, objetiva não necessariamente ao atendimento das necessidades daquela população, mas sim aos próprios desígnios de controle social.

Outrossim, se os limites recaem sobre questões institucionais de políticas nacionais, a falta de indivíduos para mediar o ingresso e a adaptação destas pessoas em trânsito e a carência de recursos pessoais, profissionais, estruturais e financeiros, os desafios de atuar em um contexto de crise humanitária são ainda mais profundos. Há, portanto, restrições quanto à religiosidade praticada por estes grupos, uma vez que são majoritariamente islâmicos em um país católico-ortodoxo, ao idioma (uma vez que muitos falam línguas como árabe, farsi (antigo persa), curdo, aramaico, turcomano e outros dialetos), bem como relativas a aspectos culturais e socioeconômicos.

Nesse sentido, embora o papel do corpo voluntário seja fundamental tanto para suprir demandas relativas à ausência de recursos, por meio da distribuição de donativos, como para promover espaços de convivência, educação não-formal, entre outras iniciativas, é preciso destacar a sobrecarga física e emocional a qual enfrentam diariamente. Com efeito, recai sobre a intervenção humanitária a tutela de gerir e até de tentar resolver uma questão que é majoritariamente de responsabilidade do Estado.

2.5. Questões de gênero dentro do voluntariado

Segundo dados do Relatório ONU Voluntários (2018), há uma preponderância de mulheres atuando enquanto voluntárias ao redor do mundo. Conforme o infográfico abaixo, extraído do relatório, 57% das mulheres atuam no cenário global como voluntárias.

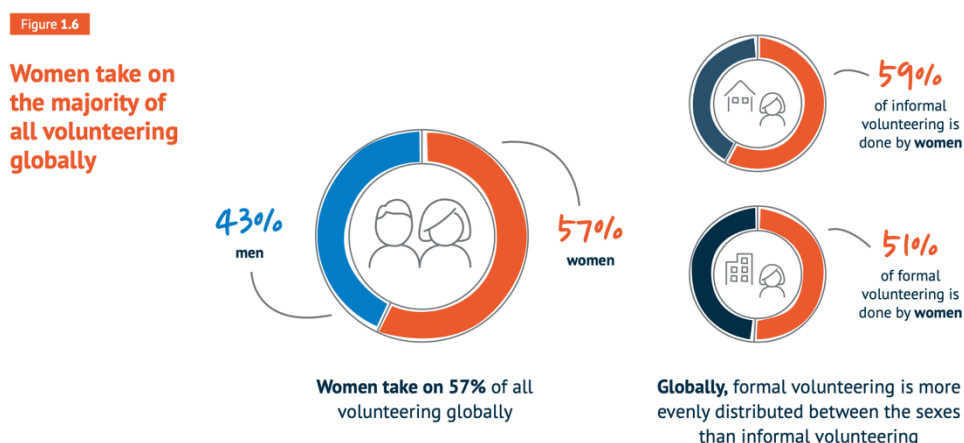
No cenário europeu, 54% desse contingente é feminino. Embora não seja um percentual tão discrepante se comparado à outras realidades – sobretudo a latino-americana e caribenha, onde o contingente voluntário feminino chega a 67% (segundo dados do mesmo relatório) – ainda assim, evidencia o quanto a *lógica do cuidado*¹¹ (Carosio, 2014) segue associada às mulheres.

hooks (2000)¹², por exemplo, sustenta a ideia de que o cuidado não é algo puramente sentimental, mas é sim uma escolha política ligada à justiça. Tal pensamento vai de encontro aos estereótipos de gênero sustentados pela ótica do capital, rompendo paradigmas e estimulando o pensamento crítico acerca das participações na ação social.

¹¹ A lógica do cuidado (Carosio, 2014) é um modo de pensar e agir baseado na interdependência humana, na responsabilidade afetiva e na manutenção da vida. Vai além da ética individual e passa a ser entendida como uma estrutura social e política alternativa à lógica da produtividade, da competição e do individualismo – que predominam no sistema capitalista.

¹² O nome da autora foi estilizado por ela em letras minúsculas.

Figura 2. Infográfico – Estimativas de Voluntariado por Sexo



Source: UNV 2018a

Na ONG onde a observação informal ocorreu, também era perceptível a dominância quantitativa de mulheres, o que era favorável durante o *women's space*, uma tarde de atividades no Centro Comunitário voltado para mulheres refugiadas e requerentes de asilo, uma vez que, na presença de mulheres, elas tinham a liberdade de tirar o *hijab* e desfrutar de um momento mais íntimo e de maior liberdade – uma demanda específica por conta de sua cultura e religião.

Um outro aspecto importante de ser mencionado a respeito desta experiência é a questão da 'modéstia'. Antes de se ingressar no campo de trabalho da organização, as voluntárias são orientadas quanto ao código de vestimenta a ser utilizado. Roupas com decotes e transparências, colo à mostra, que mostrem os joelhos, entre outras especificações são veementemente evitadas, a fim de promover o respeito e não-desconforto aos beneficiários e às beneficiárias.

Portanto, a lógica do cuidado e as políticas de reconhecimento – que abordaremos no Capítulo seguinte – emergem aqui atreladas à necessidade de se promover alguma sensibilidade cultural. Perceber a importância do que, para pessoas que não compartilham da mesma vivência pode ser apenas um item de vestimenta, para estas mulheres faz parte da sua identidade.

CAPÍTULO III – AS TRÊS DIMENSÕES DA AÇÃO VOLUNTÁRIA PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL NO CONTEXTO HUMANITÁRIO

Neste capítulo veremos a manifestação das três dimensões relativas à justiça social: “redistribuição, reconhecimento e representação” (Fraser, 2002) e de que maneira a ação voluntária se relaciona com cada uma delas, uma vez que existe um efeito multiplicador dessa iniciativa para a promoção da justiça social e do fortalecimento do tecido social. Ou seja, nos valeremos das três concepções de justiça social para fazer uma leitura da prática voluntária. Assim, tal como afirma Fraser (2002, p. 9): “para além disso, a justiça social já não se cinge só a questões de distribuição, abrangendo agora também questões de representação, identidade e diferença”.

3.1. A crise humanitária como obstáculo à justiça social

A crise humanitária é, hodiernamente, um grande obstáculo à efetiva concretização da justiça social, uma vez que a própria dinâmica de migração destas pessoas até a chegada na porção continental perpetua e acentua as desigualdades sociais existentes, dificultando o acesso dos/as refugiados/as a direitos básicos e à cidadania plena. Como anteriormente mencionado, na Introdução deste estudo, é inegável o impacto das políticas públicas de controle de fronteiras e de “acolhimento” em impedir o acesso à serviços e direitos para as populações refugiadas.

Segundo Sartre (1975, p. 111), “o destino do homem [sic] é a liberdade”, por isso, “nascemos condenados a ser livres” (Ibid., p. 515). Na contramão da máxima sartriana está a realidade dos grupos de refugiados e requerentes de asilo. O limbo ao qual são submetidos e a realidade vivenciada em um campo de refugiados pouco se é falada. Quando não são famílias inteiras, são famílias diferentes ou várias pessoas desacompanhadas de suas famílias de origem diversas amontoadas em contêineres à espera: alguns de poder voltar para casa, outros de poder viver – e não sobreviver – em algum outro país. Seja como for, permanecem em uma condição injusta e indigna. A estas pessoas é fundamental que mantenham a esperança. Santos (2011) corrobora:

Os que vivem em casas improvisadas nas pontas de rua ou se acotovelam nos cortiços, os que vivem o dia a dia da ocupação provisória mal paga, os que não têm um amanhã programado, são, afinal, os que têm direito à esperança como direito e o sonho como dever. Não são devaneios irresponsáveis, porque se incluem num projeto que o mundo em torno autoriza. (p. 143)

O/A voluntário/a é a ponte invisível entre estes grupos e a conceção de direitos. O direito de existir, enquanto indivíduo único e pleno é fomentado na medida em que, ao

ser acolhido, verdadeiramente, na ONG, o número torna-se nome. E ali é possível exercer o poder de escolha, o direito ao lazer, de poder por alguns instantes conversar com outras pessoas fora do campo e experimentar alguma “normalidade”.

“Em nosso mundo atual, quando os grandes progressos científicos e técnicos não foram ainda igualados pelo conhecimento intrínseco do homem [sic], temos razão para ter medo, pois o processo de trabalho, isto é, da produção, é também o da objetificação e da coisificação.” (Santos, 2011, p. 126) Dialogando com a condição do contingente de seres humanos em situação de refúgio, faz-se fulcral notar a condição “coisificada” na qual emergem nas terras helênicas. São “recebidos” nas ilhas, passam pelas triagens, recebem alguns donativos, de maneira passiva, depois são remanejados – mandados para outros campos, dificilmente são tratados pelo nome ou têm suas reais necessidades atendidas, porque o Estado determina o que é necessário para eles, quanto e quando. Falar sobre justiça social e políticas humanitárias é, antes de tudo, falar sobre o reconhecimento de uma identidade para, finalmente, depois reconstruí-la. Afinal, é possível reconstruir algo que se reconhece como existente?

Na obra de Norbert Elias (2000), “Os estabelecidos e os outsiders”, o autor dialoga a respeito da sociologia das relações de poder. Trazendo para a realidade da crise migratória atual, mais especificamente acerca dos requerentes de asilo e refugiados/as, há que se mencionar uma questão ainda mais profunda: “o racismo sem raça” (Agier, 2006, p. 204). Os/as refugiados/as, ao darem entrada em um novo país, são jogados à posição de “outsiders”, uma vez que em relação à população local (os estabelecidos), são aquilo que Elias chamaria de anomia (relativo à delinquência, violência, desintegração).

Nesse sentido, assim como determinados moradores de Winston Parva eram percebidos como *outsiders*, tendo em vista serem considerados moralmente inferiores, também os requerentes de asilo e refugiados/as são constantemente estigmatizados; tratados como uma ameaça iminente ao *establishment*, um risco à segurança, à garantia da manutenção dos recursos econômicos e, mais profundamente, à própria identidade cultural deste grupo de poder.

Diante dessa ameaça, os estabelecidos tendem a monopolizar as posições de poder e de prestígio, inviabilizando, seja de forma consciente seja de forma inconsciente, a integração dos *outsiders*. Relativamente à questão dos refugiados, pode-se traduzir esse fato como a dificuldade para acessar o mercado de trabalho, residência e até mesmo serviços básicos de saúde e educacionais. Além disso, há também que se destacar as tentativas de dominação social e as narrativas de exclusão. Segundo Elias (2000), a

fofoca, os rumores entre os grupos, simultaneamente reforçados por uma parte dos discursos midiáticos e políticos sobre a crise humanitária atual, reitera a ideia de que eles são os problemáticos, os incapazes de se adaptar; tornando-os eles próprios os responsáveis pelas próprias dificuldades que enfrentam.

Em paralelo, Santos (2011, p. 139) dialoga sobre a relação entre cidadania e cultura como sendo um par de significações, assim como a cultura estabelece essa relação com a territorialidade, sendo assim sinônimas. Logo, discutir sobre justiça social é reconhecer os significados que “o outro” atribui às coisas e, invariavelmente, isso depende da sua cultura, de suas raízes. O autor corrobora ainda mais a ideia ao afirmar que “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico.” (Santos, 2011, p. 139).

Sob esse viés, a ação social voluntária se faz de extrema importância, pois se configura como um conjunto de sujeitos políticos, contrários ao *establishment* e é reforçada com “o ato de perceber”, uma vez que “ultrapassa os sentidos e ganha a razão. É assim que se opera a metamorfose do sensorial, mudado em conhecimento. Este se alimenta da relação sujeito e objeto, relação em que este, permanecendo o que é e interagindo com o sujeito, contribui para que, nessa interação, o sujeito evolua” (Santos, 2011, pp. 129-130).

O “ato de perceber” é, portanto, político. Reconhecer a existência e as demandas do outro é, de fato, uma manifestação política. E isto se clarifica na interação entre beneficiários e voluntários na medida em que aqueles/as têm suas reais necessidades atendidas. Lenços disponíveis na loja para serem usados como *hijab*, o cuidado em dispor de mais camisas de manga longa e calças mais compridas na seleção de doativos, a modéstia com a qual as voluntárias e os voluntários são orientados a adotar como código de vestimenta, os livros à disposição no idioma nativo destas pessoas, um computador com acesso à impressora, para que possam escanear seus documentos, elaborar e imprimir currículos são apenas alguns exemplos de pequenas urgências do cotidiano que, quando um indivíduo encontra-se coisificado passam despercebidas, e podem parecer superficiais ou insignificantes para os que entendem o voluntariado apenas como uma “ação imediata para um problema urgente”, mas é justo socialmente que eles tenham acesso a tais ferramentas e atenções.

3.2. Redistribuição, Reconhecimento, Representação Voluntária

Sabemos que são inúmeros os desafios para a implementação da justiça social em cenários de crise humanitária. Há muita dificuldade em implementar políticas públicas e ações voluntárias que garantam justiça social em contextos de recursos limitados, condições adversas e hostis como em campos de refugiados ou áreas satélites. O próprio ambiente torna-se desafiador para a atuação das pessoas que querem servir como voluntários/as, e é precisamente por isso que fica evidente a importância não só das ONGs, mas do seu contingente de colaboradores, como intermediários entre as necessidades urgentes, as injustiças sociais e a falta de apoio institucional.

Para Fraser (2002):

Do ponto de vista do reconhecimento, por contraste, a injustiça surge na forma de subordinação de estatuto, assente nas hierarquias institucionalizadas de valor cultural. A injustiça paradigmática neste caso é o falso reconhecimento, que também deve ser tomado em sentido lato, abarcando a dominação cultural, o não-reconhecimento e o desrespeito. O remédio é, portanto, o reconhecimento, igualmente em sentido lato, de forma a abarcar não só as reformas que visam revalorizar as identidades desrespeitadas e os produtos culturais de grupos discriminados, mas também os esforços de reconhecimento e valorização da diversidade, por um lado, e, por outro, os esforços de transformação da ordem simbólica e de desconstrução dos termos que estão subjacentes às diferenciações de estatuto existentes, de forma a mudar a identidade social de todos. (p. 12)

A justiça social, conforme a autora, pode ser dividida em três grandes eixos: redistribuição, reconhecimento e representação. Em paralelo à prática do voluntariado, é possível estendermos estes conceitos à forma como algumas ações sociais voluntárias ocorrem, bem como seus diferentes objetivos. Para tanto, nos valeremos dos conceitos da autora para entender um pouco mais a prática hodiernamente.

A redistribuição (Fraser, 2002) no voluntariado pode ser percebida sob a ótica das desigualdades materiais, tendo em vista a existência de um modelo de voluntariado que, ao se deparar com a situação socioeconômica – enfrentada em contextos de crise humanitária das pessoas em situação de asilo – tentam a partir da distribuição de alimentos, prestação de serviços de assistência médica, reforço escolar para os infantes ou simplesmente como “força de trabalho” para a concretização de outras iniciativas. Falar sobre redistribuição é, antes de tudo, compreender a existência de fatores que são

preponderantes para que processos de exclusão e desigualdade se perpetuem, conforme Santos (2011):

A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Como o resultado é independente da vontade dos indivíduos atingidos, frequentemente se fala de migrações forçadas pelas circunstâncias a que se alude acima. Isso equivale também a falar de localizações forçadas. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para suprimir ou atenuar. (p. 192)

O próprio processo de migração aos quais estes grupos de refugiados/as e requerentes de asilo são submetidos já os coloca numa posição de dependência material. Além disso, ao chegarem no novo território, serão colocados numa posição tal de *despossuídos* – a qual aprofundaremos na secção seguinte – que não apenas sofrem com as limitações a direitos fundamentais básicos, como também os posiciona como sujeitos inviabilizados, cujas vozes são silenciadas nas esferas públicas de decisão que afetam suas vidas.

Nesse sentido, “as lutas pelo reconhecimento estão hoje a proliferar apesar (ou por causa) do aumento da interação e comunicação transculturais. [...] No entanto, muitas outras tomam a forma de um comunitarismo que simplifica e reifica drasticamente as identidades de grupo” (Fraser, 2002, p. 14). Por conseguinte, o apoio de voluntários/as, enquanto presença política, é essencial para estas pessoas, pois podem dirimir estigmas e contribuir para promover a visibilidade deste grupo em condição de marginalidade.

Todavia, é preciso ter cuidado com “o *problema da reificação*.”¹³ (Fraser, 2002, p. 14), uma vez que atuação de voluntários/as pode contribuir para perpetuar processos de verticalidade, como relações de dominação e hierarquização da caridade, o que reforça discursos paternalistas e assistencialistas e estereótipos de “*white saviorism*”¹⁴. Ademais, a lógica também corrobora a condição de passividade e dependência em vez de um empoderamento efetivo dos recém-chegados/as.

¹³ O problema da reificação é evidenciado quando “as lutas pelo reconhecimento não fomentam a interação e o respeito entre diferenças em contextos cada vez mais multiculturais, mas tendem antes a encorajar o separatismo e a formação de enclaves grupais, o chauvinismo e a intolerância, o patriarcalismo e o autoritarismo” (Fraser, 2002, p. 14).

¹⁴ “Salvadorismo branco” é um conceito crítico que se refere à atitude ou prática de pessoas brancas que assumem o papel de “salvadoras” de pessoas não brancas – especialmente em contextos marcados por desigualdade, como pobreza, conflito ou colonização.

Finalmente, a fim de evitar a continuidade de discursos socialmente excludentes e de reforço ao *status quo* – e para haver o efetivo reconhecimento defendido por Fraser (2002, p. 14) quando afirma:

Geralmente, o reconhecimento é visto através da lente da identidade. Deste ponto de vista, o que requer reconhecimento é a identidade cultural específica dos grupos. O falso reconhecimento é a identidade cultural específica dos grupos. O falso reconhecimento consiste na depreciação da tal identidade pelo grupo dominante e no consequente dano infligido ao sentido do eu dos membros do grupo.

– Faz-se urgente os questionamentos: “Quem tem voz?”, “Quem tem o poder de decisão?”, “Quais são as reais necessidades destes contingentes humanos?” E, por fim, “quem está fora das estruturas de atuação?”. Somente a partir da compreensão da identidade dos grupos com os quais se busca atuar é possível criar iniciativas que realmente atendam às demandas dessas populações.

Afinal, sem a escuta ou o envolvimento das pessoas que serão atendidas com estas ações sociais - para entender quem farão e como serão feitas -, não é possível promover sua participação e seu empoderamento.

3.3. Os refugiados na condição de “despossuídos” e as políticas de acolhimento

Para construir o sentimento de pertencimento é preciso primeiro construir uma identidade. Para ter uma identidade consolidada é necessária autoestima. Para tal, é preciso promover o empoderamento dos indivíduos em situação de vulnerabilidade, os despossuídos. Assim, é preciso construir um vínculo para se sentir pertencente a determinado grupo ou realidade. Fazer estas pessoas se sentirem acolhidas (através das políticas de acolhimento) é uma forma de promover alguma justiça social. “O ato de perceber” (Santos, 2011, pp. 129) já se configura como uma política de acolhimento.

Assim, a atuação dos/as voluntários/as contribui para a redução da desigualdade e para a promoção dos direitos fundamentais durante as crises humanitárias. Se as injustiças, segundo Fraser (2002), se manifestam a partir da combinação de má redistribuição econômica e má representatividade ou reconhecimento social, a justiça social se manifesta enquanto um processo de reequilíbrio das condições de vida e de dignidade humana para as populações em situação de vulnerabilidade.

Para compreender como essa atuação se manifesta nas políticas de acolhimento de refugiados/as e requerentes de asilo no contexto da ONG estudada é preciso relembrar o contexto de chegada destes indivíduos. A maioria dos que se encontram na condição de busca de refúgio o fazem por questões relativas às guerras, perseguições e desastres. São pessoas em situação de despossessão (Butler, 2003, p. 104), ou seja, uma condição que não é apenas material – como não ter acesso a uma moradia digna ou recursos –, mas também uma condição simbólica e política, posto que ao sofrerem com certo “apagamento” de sua existência enquanto sujeitos legítimos, ficam também despossuídos de identidade.

Outrossim, ao reconhecer a existência de uma interdependência entre os sujeitos, Butler (2003) nos provoca a refletir sobre essa “vulnerabilidade ontológica”¹⁵. No panorama das crises humanitárias, o que difere um/uma voluntário/a, bem como o restante da sociedade, de uma pessoa em situação de refúgio é simplesmente um mero acaso, uma vez que todos estão sujeitos a experimentarem essa “vivência”. Por isso, é fundamental criar políticas de acolhimento horizontal, que promovam a escuta e a participação de refugiados/as e requerentes de asilo, de modo que seja promovida a integração social e cultural, a autonomia, o empoderamento e, finalmente, a justiça social.

¹⁵ É um conceito filosófico que se refere à condição fundamental de fragilidade e interdependência inerente à existência humana. Ou seja, fala sobre o fato de que todos os seres humanos, simplesmente pela sua existência, estão sujeitos a riscos, mudanças, sofrimentos e dependem uns dos outros para sobreviver e se desenvolver.

CAPÍTULO IV – MODELOS DE HUMANITARISMO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as diferenças entre as correntes teóricas do Humanitarismo Clássico e Humanitarismo Novo. Em concreto, pretende-se apresentar o que cada uma delas defende, a partir da mobilização de autores como: Barnett (2011), Donini (2012) e de Waal (2006), e compreender de forma crítica como essas perspectivas podem reforçar estereótipos – ou não. Discutiremos também como a ação voluntária acontece em ambas, tanto no Humanitarismo Clássico, historicamente associada aos *cáritas*, da Igreja Católica, quanto no Humanitarismo Novo, uma visão mais politicamente engajada do voluntariado e visão que adotamos como prisma de análise para o presente trabalho.

4.1. Humanitarismo Clássico

O humanitarismo clássico, também conhecido como humanitarismo tradicional, é o modelo que se consolidou durante o século XX e baseou os princípios fundamentais da ação social voluntária, em princípios como neutralidade, imparcialidade, independência e humanidade, que visam garantir o acesso à assistência a populações vulneráveis em contextos de conflito e crise, sem envolvimento político direto (Barnett, 2011). Daí surgem instituições como a Cruz Vermelha, por exemplo, cuja existência estabelece um marco ético para a ação humanitária e se constitui como uma importante rede de apoio no alívio emergencial do sofrimento.

Segundo Barnett (2005, p. 724), o humanitarismo cresceu e se expandiu durante a década de 1990 e foi sendo cada vez mais reconhecido, com mais doadores e mais donativos, tornando-se uma esfera não só de ação colaborativa, mas também de *networking*¹⁶.

Ainda sob a ótica humanitarista tradicional, as Cáritas, rede internacional de organizações católicas, incorpora os mesmos princípios em sua linha de atuação. Porém, apesar de se sustentar em uma base religiosa, as Cáritas tentam manter certa neutralidade e imparcialidade na prestação de ajuda, evitando envolvimento político, sob a justificativa de tentar preservar a eficácia, bem como o acesso aos/às beneficiários/as.

Em verdade, tal postura reflete uma preocupação em atuar conforme os padrões universais do humanitarismo tradicional, todavia não se abstém de integrar uma motivação ética inspirada nos valores católicos de dignidade humana e solidariedade (Barnett, 2011). Todavia, a problemática relacionada às Cáritas consiste no seu

¹⁶ Networking: rede de contatos.

desdobramento prático, conforme Picas Contreras (2003, p. 66), uma vez que essa ação poderia causar a desresponsabilização do Estado frente às políticas humanitárias.

Existem segundo AECID (2016), OCHA (2010) e Pérez de Armiño (2010), quatro princípios que norteiam o humanitarismo tradicional: a humanidade, a imparcialidade, a neutralidade e a independência operativa, ou seja, não ter nenhuma relação de dependência com qualquer tipo de objetivo político, econômico, militar ou de qualquer outra natureza.

Todavia, as relações entre voluntários/as e beneficiários/as, talvez pelo caráter emergencial de assistência, reforçava a distribuição vertical e as relações de poder. Por conseguinte, esse tipo de ação acabava por tornar-se um meio para reforçar estereótipos culturais e a figura do/a voluntário/a como salvador/a. E, por isso, tem havido uma busca para transicionar para um modelo mais flexível de humanitarismo, no sentido de incorporar elementos do humanitarismo novo, a fim de atender as demandas sociais contemporâneas, mas ainda mantendo seu *ethos*¹⁷.

4.2. Humanitarismo Novo

O humanitarismo novo configura-se como abordagem contemporânea que emerge como crítica ao modelo tradicional – ou clássico – de ajuda humanitária e tem por objetivo promover a sua ampliação, para além do sentido de distribuição e auxílio de caráter emergencial. Donini (2012) afirma que o novo humanitarismo questiona a neutralidade e coloca a ética e a política no centro da ação humanitária e essa iniciativa possibilita um reconhecimento (Fraser, 2002) acerca do caráter político das crises, o que confere ao modelo características mais amplas e flexíveis do que o antigo modelo.

Nesse sentido, o novo modelo rompe com o caráter assistencialista (Andreotti, 2014) para valorizar a ação coletiva, a transformação social e o papel da consciência e dos valores na orientação da ação social. O trabalho de Alain Touraine, “A Sociologia da Ação” (1969, p. 79) tem ressonância neste modelo, pois o autor enfatiza a ação coletiva e o caráter histórico da ação social – que podemos relacionar com o “novo humanitarismo”, uma vez que busca mobilizar valores éticos para promover mudanças humanitárias.

Em consonância, Giddens (2004, p. 836) afirma que a ação social se constitui como um processo dinâmico e criativo, no qual os indivíduos fazem uso de sua

¹⁷ *Ethos*: palavra derivada do grego, que tem múltiplos significados, mas que aqui adotaremos o sentido de caráter.

reflexividade para atuar no seu cotidiano. Para o autor, a ação social seria, portanto, uma interação entre dois ou mais agentes que compartilham uma posição e uma situação específicas. Ele distingue o ato da ação, pois enquanto o ato é uma atividade prática única, a ação é uma conduta humana codificada e repetida ao longo do tempo. Do mesmo modo, o novo humanitarismo “rompe” com o modelo clássico ao promover a horizontalidade nas relações entre os sujeitos. O novo modelo vai além do socorro emergencial, posto que inclui, além da assistência – premissa básica da ação voluntária –, a prevenção, a reconstrução, a promoção de justiça social e o fortalecimento da autonomia das comunidades.

Por conseguinte, o novo modelo defende um tipo de ação humanitária que promova a “escuta ativa” dos/as afetados/as e atue com eles/elas, não apenas para eles/elas. Uma outra característica importante que favorece uma nova leitura a respeito da prática, segundo Gomes Barbosa (2019) consiste na construção de uma ética do voluntariado:

É que a acção voluntária não é um tipo de actividade concreta e diferenciada, mas um modo determinante de realizar as actividades humanas. A ética do voluntariado não pode ser uma ética aplicada, mas uma reflexão ética que gera este modo determinado de realizar qualquer actividade. Podemos afirmar que a acção voluntária mantém, em estado de aplicabilidade permanente, uma ética cívica que deve reconstruir-se e reinterpretar-se continuamente. Podemos, então, afirmar que a ética do voluntariado tem dois sentidos. O primeiro para reconstruir a acção voluntária a partir de uma ética da justiça (ética cívica), ou seja, analisar as exigências que uma ética cívica coloca à acção voluntária. Já não podemos conformar-nos com acções voluntárias baseadas na espontaneidade da vontade, na improvisação por muito bem-intencionadas que estejam. O segundo, para reinterpretar a ética cívica a partir da acção voluntária como uma forma de manter desperta e vigilante a cidadania democrática como uma cidadania moral. (p. 115)

Em termos de solidariedade, palavra frequente no ideário do humanitarismo tradicional é questionada por Fernandez (2001, p. 208), quando o autor destaca que a solidariedade e o voluntariado não são termos sinônimos, embora estejam correlacionados. De fato, enquanto o voluntariado refere-se às ações voluntárias específicas realizadas por indivíduos ou grupos, a solidariedade possui um conceito mais amplo.

Solidariedade, portanto, segundo Fernandez (2001) é um conceito que engloba um sentimento de disposição para ajudar, entender e apoiar o outro, envolvendo uma atitude

de responsabilidade ética e social que vai além de ações pontuais. Assim, a solidariedade é uma ideia mais geral e profunda, que permeia toda a postura de apoio e união entre as pessoas na busca de justiça e bem-estar comum, enquanto o voluntariado consiste em práticas concretas que representam essa atitude solidária em ação. E, embora seja fundamental para o exercício do voluntariado, a prática em si necessita de maior pensamento crítico, sobretudo quando nos referimos à transparência exigida para a prestação de contas e a avaliação crítica dos efeitos da ação humanitária.

Além disso, reconhecer o caráter político da ação social reduz as dinâmicas de poder que reafirmam desigualdades sociais, promovem a integração da assistência, do desenvolvimento e dos direitos humanos e, finalmente, a participação e o protagonismo das populações atendidas.

Tabela 3 – Comparativo entre Humanitarismo Clássico e Humanitarismo Novo

Humanitarismo Tradicional	Humanitarismo Novo
Objetivo paliativo e limitado: salvar vidas, aliviar sofrimento	Objetivos amplos e a longo prazo: atingir causas raízes. Promover paz, desenvolvimento e direitos humanos
Conteúdos assistencialistas: provisão de bens e serviços de subsistência	Conteúdos amplos: assistência, proteção, defesa de direitos humanos, preparação frente a desastres, prevenção de conflitos etc.
Apolítica, independente	Motivação política, politicamente “inteligente” (parte de uma estratégia política integral e consciente)
Orientada às pessoas (vítimas)	Orientada a apoiar processos políticos e sociais
Ética deontológica (baseada no dever) Marco ético definido:	Ética teleológica e consequencialista (baseada em fins e resultados)
- “Imperativo Humanitário”, obrigatoriedade - Direitos das vítimas	Marco ético flexível, em função da análise do contexto, resultados previsíveis e critérios políticos:
	- Ruptura da obrigatoriedade - Ruptura da ideia do direito universal
Baseado em princípios humanos: neutralidade, imparcialidade e independência como bandeiras	Baseada em critérios políticos: neutralidade e imparcialidade questionadas

Não condicionada Independente	Condicionada Maior controle por governos e parcialmente militarizada
----------------------------------	--

Fonte: Tabela reproduzida integralmente de García López (2016, p. 24).

Em resumo, embora os primeiros modelos de humanitarismo sejam ainda hoje relevantes, para pensar numa ação social de caráter global e interseccional, promovendo políticas de redistribuição, representação e reconhecimento (Fraser, 2002) adequadas verdadeiramente aos indivíduos que estão sendo atendidos, é preciso revisitar conceitos relativos à Cidadania e à Justiça Social, além de perceber o voluntariado como uma prática política, engajada e multidimensional, que ocorra de forma horizontal. Logo, é importante não só o contato com a população beneficiária, mas também com a população local.

CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

As categorias de análise, segundo Bardin (2011), representam as grandes áreas temáticas que orientam a interpretação dos dados coletados, permitindo sistematizar e compreender os fenômenos estudados de forma mais sistemática e estruturada. Neste estudo, foram delineadas três categorias centrais: trajetória e integração do voluntário, práticas institucionais e relações no campo, e o contexto e as interações sociopolíticas. Para cada uma dessas categorias foram criadas subcategorias específicas, cujo objetivo é aprofundar ainda mais a análise dos dados objetivos, mas também de uma forma mais organizada, como “motivação e início”, “papel das atividades” e “relação com a comunidade local”, por exemplo (Ver Tabela 2).

Essa abordagem facilita uma leitura objetiva e articulada das experiências dos/as voluntários/as, suas percepções sobre as práticas realizadas, os desafios enfrentados e as implicações sociopolíticas do trabalho voluntário em contextos de crise humanitária. Assim, as categorias e as subcategorias funcionam como referenciais que estruturam a análise, procurando promover uma compreensão multidimensional do fenômeno do voluntariado, enquanto possibilitam identificar padrões, relações, diferentes perspectivas e até possíveis contradições presentes nos discursos dos participantes.

5.1. Trajetória e Integração do Voluntário

A primeira categoria aborda as motivações que levaram os indivíduos a ingressar no trabalho voluntário, o processo de inserção nas organizações e os impactos pessoais decorrentes dessa experiência. Ela busca compreender como os voluntários se constituem enquanto sujeitos ativistas e presença política dentro desses contextos e de que maneira as suas trajetórias pessoais de vida e vivências relativas à atuação no campo influenciaram no seu envolvimento e nas suas percepções sobre o trabalho realizado. Em seguida, apresentar-se-á as subcategorias (e respectivos excertos ilustrativos) que constituem esta primeira categoria. Apresentar-se-á ainda uma síntese integradora das ideias mais relevantes presentes nas subcategorias de modo a promover uma melhor integração e compreensão dos resultados.

5.1.1. Motivação e Início

Esta subcategoria integra as motivações pessoais que levaram as participantes a se engajarem no trabalho voluntário, identificando possíveis pontos em comum entre elas e os discursos que embasam suas escolhas. Em concreto, aborda o primeiro contato com a

organização, investigando o processo de acolhimento, o alinhamento de expectativas entre voluntárias e instituição, bem como os mecanismos de integração e acomodação ao novo contexto de atuação.

Tenho feito voluntariado a vida inteira... é algo muito comum na minha família, especialmente por meio da igreja. (...) Em Kavala foi a primeira experiência em que realmente estive em contato com as pessoas para quem eu estava voluntariando. Uma amiga me falou sobre esse projeto de Erasmus... e foi assim que acabei ficando lá [Kavala] por um mês. Isso mudou a direção da minha vida... decidi continuar trabalhando na mesma área. (V01-F-21)

Sempre gostei de ajudar pessoas e de estar rodeado de pessoas com a mesma mentalidade. Fiquei muito impactado pela história do Alan Kurdi... Isso foi em 2016. Comecei a procurar organizações, mas fui recusado por ser muito jovem. Quando fiz 18 anos, finalmente consegui ir. Acabei voltando várias vezes para a Grécia, foi um grande privilégio e prazer fazer esse tipo de trabalho em diferentes contextos. (V03-M-24)

Em 2022, houve uma crise ativa de refugiados na Hungria... e me tornei voluntária imediatamente. [...] Estava desempregada e com tempo livre, conheci a A. no Instagram... ela me falou da ONG, e poucos dias depois eu já estava em um avião. Queria ganhar experiência prática no Mediterrâneo e entender melhor a situação dos refugiados no local. (V05-F-32)

Decidi começar a fazer voluntariado para entender como as ONGs funcionam, como os refugiados são tratados após sua chegada à Europa e, obviamente, para tentar contribuir positivamente com a comunidade. (V02-F-22)

Sempre me interessei por voluntariado. Então tirei um tempo do trabalho no ano passado... Sempre tive esse interesse em explorar. Antes disso, fiz voluntariado com outra organização na Tailândia... era uma organização bem pequena, que funcionava em casa. (V06-F-32)

Estava em um tempo sabático entre empregos e queria me envolver com algo significativo. Sempre tive um interesse profundo por questões migratórias. (V04-F-24)

Nesse sentido, identificam-se pontos de congruência quanto às motivações apresentadas pelos/as voluntários/as, especialmente no que diz respeito ao caráter humanista e ao desejo unânime de ajudar. Todos/as os/as entrevistados/as expressaram motivações pessoais baseadas em valores humanitários, seja por meio de interesse por questões sociais, solidariedade, ou simplesmente pelo desejo explícito de “ajudar pessoas”.

Além disso, o interesse prévio pelo voluntariado também aparece de maneira recorrente [V01, V03, V06], reforçando a ideia de um comprometimento de longo prazo e desejo de continuar com a prática. Em termos de transformação pessoal e impacto causado pela experiência, foram diversos relatos destacando a experiência de voluntariado como fator determinante de “virada de chave”, tendo em vista que muitos

relataram uma mudança em suas vidas ou a experiência como fator determinante para a reorientação de suas trajetórias profissionais [V01, V03, V05]. Em paralelo, há também a noção de que o contato direto com refugiados/as e realidades migratórias aprofundou a compreensão do contexto, gerando envolvimento profundo e contínuo, além de maior consciência da realidade [V01, V03, V05, V04].

Todavia, um ponto de destaque para análise é o fato de que momentos de transição pessoal/profissional foram determinantes como facilitador para que vários voluntários comessem sua experiência de campo – como desemprego, tempo sabático e período entre empregos, conforme relatados por [V04, V05, V06]. Tal fato emerge sugestivamente como propulsor da ação social, pois houve uma disponibilidade de tempo e busca por sentido influenciando a decisão de experienciar o voluntariado.

Por outro lado, embora algumas falas comuniquem motivações idealistas, centradas no desejo de “contribuir” ou “ajudar” [V01, V03], outras incluem um desejo mais técnico/instrumental de “ganhar experiência prática” ou entender como funcionam as ONGs [V02, V05]. E, ainda que ambas as motivações não sejam excludentes, há uma diferença de ênfase que pode gerar tensões nas práticas de campo, por exemplo, os diferentes tipos de envolvimento com a causa migratória; bem como, o real interesse pelas questões relativas às pessoas em situação de refúgio vs. a influência de terceiros. Outrossim, há que se mencionar a experiência anterior enquanto voluntário/a. A diferença de histórico de atuação pode implicar em diferentes graus de engajamento, preparo e até mesmo expectativas.

5.1.2. Integração na ONG

Esta subcategoria dá conta do processo de integração dos/as voluntários/as à organização. Foram consideradas as etapas de contato inicial, formação prévia, acolhimento institucional e adaptação ao contexto de trabalho – analisando os aspectos facilitadores ou interpelativos relativos à inserção e ao engajamento das participantes na rotina da ONG.

Fomos introduzidos diretamente à realidade... tivemos um dia de mentoria com a gerente. Fomos realmente instruídos a não tentar ser amigos das pessoas para quem estávamos trabalhando. Tivemos dois dias de imersão no trabalho voluntário e no contexto do asilo na Grécia. A organização realmente tenta criar uma comunidade entre os voluntários... vivermos juntos ajudou na preparação. (V01-F-21)

Todas as organizações com que trabalhei tinham algum tipo de introdução, como reuniões de indução ou explicações do código de conduta. Na ONGx havia uma reunião de indução, e check-ins periódicos para voluntários de longo prazo. Como coordenador, eu fazia o acompanhamento informal com os voluntários... verificando seu bem-estar. Durante um período caótico, sem supervisores fixos, assumi tarefas de integração que não eram originalmente minhas. (V03-M-24)

Mesmo com poucos dias de preparação, senti que estava segura por causa da estrutura da ONGx. A A. perguntou sobre minhas expectativas logo na entrevista e nos deu o código de conduta antes de tudo. Nunca tive esse tipo de preparação, nem na ONU, nem em outras ONGs... foi uma surpresa boa. [...] A orientação incluía não visitar o campo de refugiados para não mudar a forma como veríamos os beneficiários. (V05-F-32)

Acho que tentar criar um ambiente amigável. Quando as pessoas veem alguém com um espírito solar, é mais fácil se sentirem incluídas. E também tentamos manter limites pessoais, como não perguntar sobre eventos ruins ou algo que pudesse fazer lembrar. Eles são assim e envolvem todos de forma positiva, de alguma maneira. (V02-F- 22)

Havia informações suficientes para saber que era um programa estruturado... Tinha o PDF, um documento que baixamos para a orientação. [...] No nosso primeiro dia, ela fez a sessão de orientação com a gente... eles sempre nos colocam em dupla na primeira semana, antes de ficarmos sozinhos nos turnos. (V06-F-32)

Nos primeiros dias, acompanhei os mais experientes e fui pegando o jeito. As pessoas foram muito receptivas e me senti parte da equipe logo. (V04-F-24)

A respeito dos Processos de Integração Promovidos pela ONG, há uma certa preponderância quanto à maioria dos depoimentos mencionar algum tipo de orientação formal, como as reuniões de indução, menção do código de conduta, as mentorias realizadas para instruir os/as voluntários/as acerca das funções a serem desempenhadas, ou sessões informativas [V01, V03, V05, V06]. Isso sugere, ainda que com limitações de recursos e *staff*, há um esforço institucional para preparar os voluntários. Um outro aspecto também relevante trata das questões psicoemocionais, uma vez que vários/as entrevistados/as citam a importância da preparação emocional e ética, como o cuidado ao não estabelecer relações inadequadas com os beneficiários [V01, V05, V02] e fazerem *jus* ao código de vestimenta, prezando pela modéstia.

Ademais, a respeito das políticas de acolhimento institucional para os/as voluntários/as, vários relatos [V03, V04, V06] indicam que os/as voluntários/as se sentiram acolhidos e apoiados no início de suas atividades, seja por colegas experientes seja pela estrutura organizacional e presença das lideranças da ONG. Dessa forma, é possível constatar pela análise dos discursos o sentimento de comunidade e receptividade, que emergem como fator importante na adaptação [V01, V04, V02].

Todavia, percebe-se incongruências em termos de integração ao trabalho efetivo, no campo, posto que enquanto alguns dos/as entrevistados/as mencionam que houve uma introdução prática progressiva, tendo em vista o acompanhamento que receberam por voluntários/as mais experientes antes de assumir responsabilidades sozinhos [V04, V06], bem como a designação de pares e o convívio entre voluntários/as como sendo também estratégias de adaptabilidade [V01, V06]; outros já mencionam uma integração informal e até intuitiva [V04, V02], uma vez que, segundo V04 “foi pegando o jeito”.

Um outro ponto de divergência está relacionado aos limites éticos e emocionais, pois, embora as orientações sejam as mesmas para todos, o entendimento é subjetivo e isto fica claro quando comparamos as falas dos/as entrevistados/as. Ao passo em que V01 e V05 concordam acerca dos limites éticos e emocionais orientados pelas formações da ONG no trato com os/as beneficiários/as, V02 fala a respeito da “criação de um ambiente amigável e evitar conversas desconfortáveis” sem necessariamente referenciar instruções formais.

Em verdade, o que a análise deixa explícito é o fato de não haver, necessariamente, uma homogeneidade nos processos de atuação, porque enquanto algumas pessoas relatam estratégias sistêmicas de integração e preparação, outras mencionam processos mais intuitivos, baseados na prática do dia a dia e na improvisação.

5.1.3. Impacto Pessoal

Esta subcategoria é constituída pelas transformações subjetivas percebidas pelos/as voluntários/as no decorrer e após sua experiência na organização. Na análise, procurou-se identificar quais foram as aprendizagens obtidas, as mudanças de percepção, os deslocamentos éticos, afetivos ou identitários vivenciados, a fim de se verificar como o voluntariado afetou suas trajetórias pessoais, relações interpessoais e visões de mundo.

Mudou minha vida... percebi que quero trabalhar com isso para o resto da minha vida. Foi o uso mais útil do meu tempo... me senti realizada. Vou continuar fazendo o mesmo tipo de trabalho no Brasil no próximo ano por causa dessa experiência. (V01-F-21)

Cada vez que fui foi diferente... há muito estresse e emoção, e você não tem tempo para processar tudo. Depois da experiência, especialmente como pai, ver crianças sofrendo se tornou muito mais difícil. [...] Além disso, trabalhar com refugiados te coloca numa bolha — você se distancia da realidade exterior e se conecta profundamente com aquele universo. (V03-M-24)

Foi um dos pontos altos da minha trajetória voluntária. Conhecer pessoas, ter estrutura e segurança foi essencial. A ONGx sempre será uma equipe

próxima do meu coração. Fiquei impressionada com a organização mantida quase só por voluntários. (V05-F-32)

Passei a me sentir muito mais grata pela minha vida e mais forte. Apreendi a importância da paciência e de não esperar resultados imediatos, porque eles só vêm com muito esforço... (V02-F-22)

Divertido. Acho que porque é outro tipo de 'buffet de diversidade' ao qual fui exposta. (V06-F-32)

Voltei para casa com outra visão do mundo e de mim mesmo. Isso me inspirou a buscar um trabalho mais conectado com causas sociais. (V04-F-24)

Acerca dos Impactos Pessoais, há um consenso no que se refere ao caráter marcante da experiência do voluntariado. No entanto, o impacto pessoal é vivido de maneira subjetiva e plural, porque varia entre transformação profissional, desenvolvimento emocional e até questões existenciais. Muitos relatam a experiência como algo transformador, capaz de impactar profundamente sua visão de mundo, suas prioridades e até possíveis mudanças em suas trajetórias profissionais [V01, V03, V04]; além disso, também destacam os impactos relativos ao crescimento pessoal, como o fortalecimento emocional [V02], o amadurecimento de perspectivas [V04] e a valorização da própria vida [V02].

Alguns relatos expressaram uma ligação emocional forte com a experiência, seja com os/as beneficiários/as [V05], com o contexto [V03] e até com a própria equipe [V05]. Mais profundamente, V03 destaca o peso emocional desenvolvido, sobretudo após vivenciar o contexto após a paternidade, o que reforça ainda mais o impacto afetivo da ação social.

Finalmente, faz-se mister pontuar inclusive menções de caráter positivo referentes à importância de conhecer novas pessoas e experimentar uma grande diversidade cultural [V05, V06]. Tais trocas sociais são interpretadas de forma extremamente enriquecedora mesmo além da atuação voluntária. Por outro lado, há que se ater para algumas desconexões, sobretudo àquelas que tocam pontos mais sensíveis, como a profundidade do impacto que a prática proporcionou. Se analisarmos as respostas de V03 em oposição a de V06, há um *gap* de significação, pois enquanto V03 descreve a experiência repleta de “muito estresse e emoção” em que muitas vezes não tem “tempo de processar tudo”, para V06 a atuação foi “divertida”, haja vista se tratar, segundo sua fala, de “um *buffet* de diversidade”.

5.1.4. Síntese integradora

Por fim, a partir das falas dos/as entrevistados/as, embora haja o autorreconhecimento da assistência prestada pelas suas atividades, este reconhecimento não enfatiza discursos de caráter necessariamente assistencialista (Andreotti, 2014). Ao contrário, reforçam discursos do Humanitarismo Novo, posto que reconhecem a sua importância política em contextos de crise humanitária.

Ademais, pelas falas proferidas ao longo das entrevistas fica evidente o autorreconhecimento destes sujeitos enquanto ativistas e, portanto, como presença política importante para a promoção da cidadania e da justiça social. Segundo Véran (2017, p. 4), é importante que haja entre os agentes humanitários (voluntários/as) um “abrir mão” de suas ideias, preconceitos e interpretações usuais acerca do sofrimento enfrentados pelos demais. Em verdade, segundo o autor, somente essa supressão possibilitaria um entendimento real, imediato e compartilhado cujo objetivo seja tão somente garantir ações eficazes.

No contexto da categoria relativa à Trajetória e Integração dos Voluntários/as, em que pudemos compreender a Motivação e Início, os Processos de Integração Promovidos pela ONG e os Impactos Pessoais, fica evidente o quanto algumas ideias de Véran (2017) dialogam com a realidade vivida pelos/as voluntários/as que decidem atuar nesse contexto, haja vista a capacidade dos/as agentes entrevistados/as em mudar de perspectiva quanto ao aprofundamento das questões relativas à crise migratória e situações de exclusão e marginalização nas quais os refugiados/as são constantemente submetidos.

5.2. Práticas Institucionais e Relações no Campo

A segunda categoria tem como foco as ações e as atividades desenvolvidas pela ONG estudada, as práticas internas estabelecidas na perspectiva dos/as voluntários/as e as relações interpessoais entre os membros da equipe, com os beneficiários e com a comunidade local, nomeadamente os moradores da cidade de Kavala. Em resumo, esta categoria dá conta do modo como o trabalho é organizado, dos desafios enfrentados para a implementação das práticas institucionais, bem como das dinâmicas de interações no campo do voluntariado em contextos de crise humanitária. À semelhança da categoria anterior, apresentar-se-á as subcategorias (e respectivos excertos ilustrativos) que constituem esta segunda categoria, assim como a síntese integradora das ideias mais relevantes.

5.2.1. O papel das atividades realizadas no Centro Comunitário

Esta subcategoria integra a perspectiva dos/as voluntários/as relativamente à finalidade atribuída às ações desenvolvidas no espaço de convivência social, bem como aos sentidos construídos em torno de sua atuação nesse contexto.

O centro comunitário era um espaço seguro onde as pessoas podiam ser elas mesmas, se sentir vistas e humanas. As atividades oferecidas — festas, torneios, CDs, loja de roupas — serviam para dar um senso de normalidade e dignidade. Eles são tratados por números no campo... e o centro comunitário tentamos criar um espaço onde isso é esquecido. (V01-F-21)

O principal é fornecer um espaço seguro, onde as pessoas possam relaxar, se sentir seguras e aprender novas habilidades. O centro da ONGx oferecia desde impressão de documentos até cursos e atividades recreativas, conforme a demanda. Um centro comunitário deve ser um espaço onde as pessoas possam fugir dos seus problemas, mesmo que por um momento. (V03-M-24)

Eles queriam criar um espaço seguro e calmo, onde as pessoas pudessem carregar o celular, usar o wi-fi ou apenas ter um momento de tranquilidade. Quando você só tem energia para focar nas necessidades básicas, esse tipo de espaço te faz lembrar que você é humano. No centro comunitário ajudávamos com currículos, organização de livros, atividades com crianças, etc. (V05-F-32)

A ONG organizava atendimentos em sua sede para distribuir bens essenciais. Durante a tarde, eu organizava outras atividades... como sessões de cinema ou jogos esportivos... para que os refugiados se sentissem em casa... (V02-F-22)

Mais do que ensinar algo, era um momento para eles se expressarem, brincarem, sentirem-se seguros. (V04-F-24)

Sobre o Papel das Atividades Desenvolvidas no Centro Comunitário - aulas de música, de inglês, espaço artístico, disponibilização de computadores, impressoras, auxílio para a criação de currículos, além da disponibilização de livros em diversos idiomas, inclusive no idioma nativo dos beneficiários, por exemplo -, há uma coerência forte na visão deste espaço como sendo um ambiente de cuidado, acolhimento e dignificação dos refugiados, um “safe space”. É praticamente unânime a percepção de todos/as os/as voluntários/as a respeito da ideia de que o Centro Comunitário é, acima de tudo, um espaço para a promoção da segurança [V01, V03, V04, V05, V02]. O conceito de “segurança” é defendido sob viés não só físico, mas emocional e simbólico, pois trata-se de um espaço onde essas pessoas se sentem humanizadas [V01, V05] e, também, um local para onde se pode “fugir dos problemas” [V03].

Os depoimentos enfatizam a importância de restaurar a normalidade e a dignidade dos/as refugiados/as, tendo em vista a despersonalização que sofrem ao ingressarem nos campos de refugiados [V01, V03, V05]. O empoderamento e a autonomia também são

mencionados como sendo fins alcançados por pequenas ações, como carregar o celular, ter *wi-fi* e impressora disponível, um local para que as crianças possam brincar – além de outras pequenas urgências do cotidiano que, ao serem estendidas ao contexto do refúgio, adquirem um forte significativo valor simbólico. Ademais, a variedade das práticas recreativas, por exemplo, evidencia a construção de um ambiente pensado de forma holística, cujo compromisso consiste em atender necessidades não só práticas, mas afetivas [V02, V03, V05]. De fato, os próprios relatos reforçam o que já mencionamos em capítulos anteriores, haja vista que os/as próprios/as voluntários/as reconhecem a sua atuação não como “ajuda/oferta de serviços”, mas sobretudo como uma ponte para gerar pertencimento, bem-estar social e participação.

Embora alguns relatos tenham um tom mais neutro ou funcional [V02, V05, V06], em vez de um tom mais crítico ou político [V01, V04], as diferenças surgem apenas nas ênfases (prática vs. emocional) e na profundidade reflexiva com que os voluntários abordam o papel das atividades.

5.2.2. Práticas Institucionais

Esta subcategoria resulta da análise da congruência entre as expectativas individuais dos entrevistados em relação à ONG e as práticas efetivamente realizadas pela organização. Assim, esta subcategoria reúne a percepção dos/as entrevistados/as sobre possíveis divergências ou alinhamentos entre o que esperavam e o que efetivamente experienciaram, buscando compreender como essas dinâmicas influenciam sua satisfação, comprometimento e continuidade no vínculo com a ONG.

A organização era adaptável à realidade que tentava apoiar. Eles realmente escutam sugestões... sugeri mudanças na descrição de modéstia e eles implementaram. O sistema era bem estruturado, mas ainda limitado por leis e contextos. (V01-F-21)

As políticas das ONGs normalmente surgem com a experiência. Já vi regras sendo criadas enquanto eu estava lá, após certos incidentes. A ONGx tem políticas rígidas — como a proibição de relacionamentos com beneficiários¹⁸ — mas também mostrou flexibilidade e sensibilidade, especialmente com voluntários. (V03-M-24)

A estrutura e o comprometimento da ONGx me surpreenderam positivamente. As regras estavam bem claras... e foram aplicadas inclusive dentro da equipe, como no caso do conflito no alojamento. Aria seguia as regras à risca, o que

¹⁸ Todas as referências feitas nesta dissertação a relacionamentos entre voluntários e beneficiários não ocorreram na ONG que foi objeto deste estudo. Os/As voluntários/as entrevistados/as, quando abordam este tema, estão a referir-se a uma experiência anterior, em outra ONG, onde também atuaram como voluntários/as.

ajudava a manter o ambiente estável. Além disso, tudo era muito estruturado... havia sistema até para a biblioteca. Tinha cronograma semanal, separação de espaços por gênero, etc. (V05-F-32)

Fui muito subutilizada durante o tempo em que estive lá. Estamos ali mais como força de trabalho... do que como mente pensante. (V06-F-32)

A ONG realmente coloca em prática o que prega: horizontalidade, escuta ativa, protagonismo das comunidades atendidas. (V04-F-24)

Relativamente às Práticas Institucionais da ONG, os pontos de convergência são referentes ao reconhecimento estrutural em virtude das demandas específicas relativas ao contexto de pessoas em situação de refúgio – das regras e da organização da instituição, o que dialoga com Fraser (2002) acerca das políticas de reconhecimento. Voluntários/as [V01, V03, V05, V04] relatam que a ONG apresentava uma estrutura sólida, com regras claras, bem definidas e sistemas funcionais. V05 teceu elogio a respeito do cronograma de atividades e serviços ofertados pelo Centro Comunitário (como o sistema de catalogação de livros) e na disposição do corpo voluntário para a atuação nos espaços da ONG.

Outrossim, houve recorrência nas menções sobre a valorização da escuta, pois há um sentimento de que a ONG era receptiva às contribuições dos/as voluntários/as [V01, V03, V04]. V01 relata que, embora houvesse uma certa dificuldade em perceber exatamente os limites referentes às vestimentas, sua sugestão sobre modéstia foi implementada, em paralelo, V03 observa a criação de políticas em tempo real, conforme as necessidades e demandas dos/as beneficiários/as e V04 destaca a coerência entre o discurso institucional – uma vez que promove a horizontalidade e a escuta ativa – e a prática, o que gera confiança e alinhamento de valores.

E, finalmente, como um último ponto de congruência nesta subcategoria, há o reconhecimento das limitações decorrentes do contexto. Por exemplo, V01 aponta que, apesar de estruturada, a era frequentemente limitada por fatores externos, como legislações e o contexto dos campos. Isso mostra uma visão realista sobre os limites institucionais e políticas mesmo quando há boa vontade em atuar.

Em termos de discrepâncias, as entrevistas evidenciaram diferenças quanto à percepção da valorização do/a voluntário/a. Enquanto alguns relatam inclusão, escuta e influência [V01, V03 e V04], V06 sente-se subutilizada e desvalorizada, uma vez que menciona não ter tido suas habilidades devidamente aproveitadas, percebendo sua presença como meramente operacional “força de trabalho”. De fato, as oposições

evidenciadas pelos discursos revelam uma incoerência entre as expectativas de protagonismo intelectual e a realidade prática para certos perfis de voluntários/as.

No tocante às regras estabelecidas, há tensões entre a rigidez institucional e a flexibilidade ética. Ao mencionar a proibição de relacionamentos com beneficiários, por exemplo, V03 relembra as imposições, mas ao mesmo tempo destaca uma certa sensibilidade por parte da ONG. Já V05 parece valorizar mais a aplicação rigorosa das normas, especialmente ao elogiar a liderança em situações de conflito interno. A diferença de expectativas subjetivas fica evidente quando comparamos pessoas cujas falas defendem maior rigidez e controle, enquanto outras defendem maior flexibilização.

5.2.3. Relações Interpessoais

A presente subcategoria, por sua vez, compreende as dinâmicas relacionais estabelecidas entre voluntários/as e beneficiários/as, considerando aspectos afetivos, comunicacionais e éticos presentes nas interações cotidianas. A partir de tais aspectos é possível analisar como esses elementos interferem na qualidade dos vínculos, no engajamento dos envolvidos e no impacto das ações realizadas.

Criar vínculos naturais era inevitável, mas havia uma orientação clara para manter a profissionalidade. Isso ajudava a criar um limite... para que nosso estado emocional não dependesse do deles. Houve respeito mútuo... muita gratidão, mesmo quando não expressa verbalmente. (V01-F-21)

É uma relação frágil, mas uma oportunidade incrível... com consciência, poderia ser mais equilibrada. (V01-F-21, a respeito dos beneficiários que também atuam como voluntários)

Trabalhei com mais de 150 voluntários... há sempre alguns com intenções diferentes, mas a maioria está lá pelos motivos certos. Voluntários e beneficiários acabam criando laços... e isso pode ser problemático, especialmente quando há desequilíbrio de poder. Já presenciei muitos relacionamentos amorosos entre voluntários e beneficiários. Embora pessoalmente eu seja contra, entendo os dois lados. (V03-M-24)

Quis seguir as regras de manter uma distância segura... vi que nem todos os voluntários levavam isso tão a sério. Houve um caso em que um voluntário se relacionou com um beneficiário e foi expulso no dia seguinte. [...] Mesmo nos conflitos, tentávamos resolver com respeito. Acho que fizemos um bom trabalho. A A. era muito clara sobre os limites. Eu entendia o porquê das regras e queria respeitá-las. (V05-F-32)

O relacionamento nem sempre era bom, especialmente se os refugiados estavam mais defensivos ou reservados... [...] Muitos realmente apreciavam até os menores gestos, como quando oferecíamos um simples copo de água. (V02-F-22)

Para nós que ficamos lá por um ou dois meses, é bem mais difícil formar conexões... Fui sem esperar criar vínculos, porque sabia que seria só um mês.

A maioria dos beneficiários são mulheres... na ONG X, não senti esse desconforto [como mulher]. (V06-F-32)

Com o tempo, criamos laços. Alguns adolescentes vinham só para conversar ou pedir conselhos. (V04-F-24, a respeito dos beneficiários/as)

Apreendi muito com os outros voluntários, eram pessoas de diferentes países com visões variadas. Mesmo em situações difíceis, as crianças riam, brincavam. Isso me ensinou muito sobre resiliência. (V04-F-24)

A respeito das Relações entre Voluntários/as e Beneficiários/as, [V01, V03, V05] reconhecem a fragilidade e o nível de complexidade das dinâmicas entre os grupos, porque embora naturais de acontecerem, são vínculos delicados e demandam da existência de limites claros a fim de evitar desgastes e danos emocionais, além de eventuais conflitos. Sob esse viés, [V01, V05, V06] mencionam o reconhecimento e o cumprimento, majoritariamente, das regras, cujo objetivo é manter uma distância profissional e proteger ambas as partes.

Decerto, embora a ONG busque promover a horizontalidade, é inegável a existência de conflitos de poder [V03, V05] e o tema de relacionamentos amorosos é citado, de forma explícita, como um desafio ético dentro das relações. No entanto, apesar das dificuldades nesse âmbito, há reconhecimento por parte dos/as voluntários/as de que os/as beneficiários/as apreciam as ações realizadas, mesmo as mais simples [V02], e que com o tempo se criam vínculos afetivos, especialmente com jovens [V04] ao buscarem aconselhamento. Além disso, também se reconhece a perenidade das relações quando se observa o tempo de permanência de cada voluntário/a. Em relato, [V06], por exemplo, buscou não aprofundar vínculos, uma vez que permaneceria por pouco tempo; diferente de [V04], que relatou a construção de laços afetivos mais fortes e trocas interpessoais mais efetivas.

5.2.4. Desafios Enfrentados

Nesta subcategoria, procurou-se identificar, a partir dos discursos relativos às vivências dos/as voluntárias no exercício de sua função, quais foram os obstáculos logísticos e estruturais, além dos desafios pessoais, emocionais e culturais enfrentados por estes agentes voluntários/as.

Encontrar o equilíbrio entre ser compreensível e não ser paternalista foi um desafio constante. Impor regras sobre itens básicos como sabão era extremamente difícil emocionalmente. Como mulher, tive de ajustar minha forma de vestir... me senti limitada, mesmo sem ameaças diretas. A convivência com beneficiários que também eram voluntários gerava dilemas

de favoritismo e privilégio. O maior desafio é ter de dizer 'não' e aceitar que você não pode ajudar a todos. (V01-F-21)

Já me vi no meio de brigas, vi abusos, e tive de intervir para proteger voluntários e beneficiários. Casos como tentativas de roubo na loja são frequentes, e precisamos adaptar regras constantemente. Os voluntários que também são beneficiários dormem no mesmo campo... isso pode gerar tensões e riscos. [...] Como coordenador, precisei garantir a saúde mental dos/as voluntários/as — inclusive criando espaços para que se isolassem em momentos críticos. (V03-M-24)

Tive um conflito com minha colega de quarto por causa do ar-condicionado, mas foi resolvido com base nas regras da ONG. [...] Um desafio maior é o fato da maioria ser voluntário de curto prazo, o que dificulta desenvolver projetos contínuos como aulas de inglês. Leva semanas para se adaptar ao sistema, mas quando isso acontece, o tempo já está acabando." – (V05-F-32)

O principal desafio foi manter distância emocional e evitar envolvimento pessoal. (V01-F-21)

Eu poderia fazer muito mais, como pesquisas, redação, organização... mas esses são serviços que realmente não pudemos oferecer. [...] Levamos cerca de duas semanas só para entender a organização e conhecer os programas. Também era doloroso ver que só podiam levar um número limitado de roupas, sabão, etc... mas entendíamos que era para garantir justiça. (V06-F-32)

Às vezes faltavam materiais básicos, tínhamos que improvisar muito. Foi difícil ouvir certas histórias e não levar isso para casa. Havia diferenças culturais que exigiam bastante sensibilidade. (V04-F-24)

Esta última subcategoria escancara a constante tentativa por parte do corpo voluntário em manter equilíbrio emocional enquanto se depara com limitações de ordem prática. Assim, vários/as voluntários/as [V01, V04, V06] apontam que é difícil encontrar equilíbrio entre empatia e distanciamento ao mesmo tempo em que evitam discursos e comportamentos paternalistas, além de resiliência para aceitar que nem todos podem ser ajudados.

Outrossim, o fato de haver uma limitação quantos aos recursos que podem ser recolhidos por cada beneficiário/a e o cumprimento de algumas regras restritivas são fatores cruciais para conflitos internos nos/as voluntários/as. Com certeza, a limitação dos recursos básicos (produtos de higiene, roupas, roupas íntimas etc.) e a necessidade de manter um certo distanciamento emocional para garantir justiça são amplamente mencionadas [V01, V06] e geram frustração e desafios emocionais. Por isso mesmo, cuidar da própria saúde mental e dos demais membros da equipe é um desafio reconhecido, mas incentivado, uma vez que a ONG estabelece certas iniciativas, como espaços de isolamento para voluntários [V03], a fim de proteger seus colaboradores de ouvir histórias dolorosas ou de algum possível gatilho emocional, pois são demandas que exigem sensibilidade e preparo emocional [V04].

5.2.5. Sugestões para a ONG

Por fim, a presente subcategoria busca analisar possíveis lacunas identificadas pelos/as voluntários/as em sua experiência na organização, bem como verificar se há sugestões, críticas ou reivindicações a serem formuladas a partir de sua vivência no campo.

Especificar melhor os limites de modéstia para os voluntários. Usar os nomes das pessoas, em vez dos números, sempre que possível. Talvez mais comunicação direta com o campo, embora reconheça limitações legais. (V01-F-21)

Voluntários comunitários devem receber mais suporte — inclusive habitação — para não estarem em posições vulneráveis. Deveria haver mais clareza sobre os limites e funções dos/as voluntários/as... especialmente em períodos de ausência de supervisores. A presença de políticas é essencial. ONGs devem criar normas com base na experiência real do campo. (V03-M-24)

A única coisa que mudaria é que gostaria de ter ficado mais tempo. Mas sugiro pensar em estratégias para conseguir mais voluntários de longo prazo, o que ajudaria a sustentar atividades contínuas. (V05-F-32)

Provavelmente a pior parte é a distância emocional necessária. Mas, ao mesmo tempo, sem ela a experiência teria sido ainda mais difícil de lidar... (V02-F-22)

O centro comunitário estava um pouco subutilizado durante o tempo em que estive lá. (V06-F-32)

Seria útil ter um guia mais claro nos primeiros dias, talvez um manual ou mentor designado. E antigos voluntários poderiam ajudar remotamente. (V04-F-24)

Fica evidente a existência de um consenso acerca da necessidade de maior clareza em termos organizacionais [V01, V03, V04], sobretudo no que se refere à “modéstia” [V01] – código de vestimenta – e um guia/mentor [V04] para viabilizar a adaptação ao contexto. Relativamente ao apoio aos voluntários, destaca-se a necessidade de ofertar um maior apoio estrutural, especialmente àqueles que também são beneficiários. Segundo V03, há relatos frequentes de importunação sofridas por esses voluntários por parte de outros beneficiários do campo, que se sentem menos favorecidos por acreditarem terem “menos acesso” aos donativos.

Outrossim, também fica evidente através da fala de V06 que há uma certa rigidez quanto ao aproveitamento de algumas habilidades dos/as voluntários/as. Em verdade, ainda que se proponha, enquanto cultura da ONG, o aproveitamento das habilidades dos recém-chegados agentes, que demonstram ao longo não somente de suas falas, mas de sua atuação, um forte engajamento político e afetivo com a missão da instituição, existem barreiras estruturais e institucionais que inviabilizam esse potencial.

5.2.6. Síntese integradora

Ao analisarmos as Práticas Institucionais e Relações no Campo sob a ótica dos/as voluntários/as, como as atividades educativas e recreativas ofertadas, os eventos culturais, os programas de empoderamento, como a distribuição ativa dos donativos, além de espaços de segurança e convivência, atuam não só na promoção do cuidado, mas também na percepção social acerca do que é refúgio.

Assim, a partir da análise dos resultados obtidos nas entrevistas dessa categoria, fica nítido o papel de conscientização social não só dos/as beneficiários/as, mas também dos/as próprios/as voluntários/as. Ao refletirem sobre o valor das ações desenvolvidas no Centro Comunitário, das práticas da ONG no que se refere à organização e distribuição de tarefas, bem como ao pensarem criticamente a respeito das relações interpessoais entre beneficiários/as e voluntários/as e entre voluntários/as e voluntários/as-beneficiários/as e relembrar os desafios enfrentados, observa-se a promoção do entendimento intercultural e, até mesmo, da humanização nos processos de inclusão.

Segundo Missel, Costa e Sanfelice (2017, p. 592), “é importante para a efetivação dessas propostas uma formação acadêmica em que esses princípios sejam considerados e, mais do que isso, que esses pressupostos sejam protagonistas no processo de formação profissional, juntamente com as questões técnicas.” Ou seja, para se promover uma ação humanizada, é necessário primeiro reconhecer as limitações e potencialidades que cada contexto oferece. Para tanto, faz-se mister considerar a visão daqueles que atuam na “linha de frente” da ONG: os/as voluntários/as, afinal, quem melhor para reconhecer a realidade enfrentada do que aqueles que realizam o trabalho todos os dias?

5.3. Contexto e Interações Sociopolíticas

A terceira e última categoria contempla as percepções dos/as voluntários/as acerca do contexto em que atuaram, especialmente no que tange as situações de crise humanitária, bem como as relações e configurações políticas decorrentes dessa atuação. De fato, esta categoria geral nos permite analisar de que maneira o voluntariado se relaciona com os aspectos sociais, políticos e culturais do ambiente em que está inserido, para efetivamente refletir seu papel enquanto ponte para promoção de cidadania e justiça social. Apresentar-se-á também as subcategorias (e respectivos excertos ilustrativos) que constituem esta terceira categoria, assim como a síntese integradora das ideias mais relevantes.

5.3.1. Voluntariado em Crises Humanitárias

Esta subcategoria considera a percepção dos/as voluntários/as sobre o papel do voluntariado em contextos de crise humanitária, investigando como interpretam sua atuação, seus limites e suas potencialidades nesse tipo de cenário.

A ausência do Estado faz com que ONGs e voluntários enfrentem o problema... o que pode ser problemático. Muitos voluntários são jovens, despreparados, e podem acabar causando mais mal do que bem. A ONG X criou um sistema que protege tanto os voluntários quanto os beneficiários — isso é essencial. (V01-F-21)

Trabalhar com refugiados é emocionalmente exaustivo... muitas vezes você tem de dizer 'não' a quem precisa de ajuda. Mesmo com experiência, você nunca está totalmente preparado para a sensação de impotência que isso causa. O voluntariado é essencial, mas deveria haver mais apoio sistêmico. Organizações funcionam com recursos limitados, enfrentando uma demanda imensa. (V03-M-24)

Durante a crise na Hungria, ninguém estava preparado. Foi traumático e levei isso comigo para Kavala. Na ONGx, senti que me deram as ferramentas para manter uma distância segura e cuidar da minha saúde mental. As regras ajudam. Saber como agir nesses contextos é vital. (V05-F-32)

Talvez tentar restaurar a dignidade e demonstrar solidariedade... Pode ser uma maneira significativa de causar impacto. (V02-F-22)

É preciso mais uma camada de voluntários para fazer mais programas, formar conexões e interagir com os beneficiários. Sem os voluntários, os programas não funcionariam. (V06-F-32)

É importante vir com humildade e ouvir antes de agir. A vontade de ajudar não basta sem escuta e respeito. Foi como fazer um curso intensivo de convivência com o diferente. (V04-F-24)

Relativamente ao Contexto de Crise Humanitária em que se deu o trabalho voluntário, verifica-se uma preponderância da importância atribuída ao voluntariado, uma vez que se considera preencher determinadas lacunas deixadas pela ausência de atuação contundente do Estado ou dos sistemas públicos [V01, V03, V06]. Sob uma perspectiva mais crítica dessa atuação em situação de refúgio, [V01] chama atenção para o fato de muitos voluntários/as serem demasiadamente jovens e despreparados/as, o que pode causar prejuízos para si e para o outro.

Por outro lado, também se reconhece a incapacidade do voluntariado para suprir a demanda de um contingente humano tão grande [V03], evidenciando a necessidade de haver um maior número de pessoas envolvidas. [V06] corrobora a ideia ao destacar a necessidade de mais voluntários/as para que os programas funcionem, trazendo um enfoque mais quantitativo e operacional da ação social.

Além do mais, é consensual [V01, V05] a necessidade de existir um certo grau de preparo emocional para evitar danos bilaterais. Assim, a saúde mental dos/as voluntários/as é destacada, concomitante à necessidade de saber como proceder para manter uma distância segura [V05].

Um outro elemento recorrente nas entrevistas é a prática do voluntariado como meio de restauração da dignidade e solidariedade [V02], pois para além do auxílio material e prático, a prática é vista como uma forma de viabilizar direitos às pessoas e demonstrar solidariedade real. A vinculação humana e o contato genuíno com outro, segundo [V06] também se configura como parte da ação voluntária. Por isso, características como: humildade, escuta ativo e respeito ao outro são fundamentais. O voluntariado, portanto, não deve ser impulsivo ou paternalista, mas fundamentado nesses pilares, um aprendizado intenso de convivência com a diversidade [V04].

5.3.2. Relação com a Comunidade Local

Esta subcategoria contempla a percepção dos/as voluntários/as sobre a integração da ONG na comunidade local de Kavala. Para tal, foram consideradas as interações, as relações de confiança e os impactos percebidos na convivência entre os membros da organização e os moradores.

Surpreendentemente, muitos locais não sabiam da existência do campo. [...]Havia receio de hostilidade por parte dos moradores... como deixar recados nos pontos de doação. A ONG também ajudava populações locais em necessidade, como a comunidade grega. Nenhum voluntário era local naquele momento, o que achei triste. (V01-F-21)

"Disseram-nos que Kavala é um dos lugares mais receptivos da Grécia. Os moradores sempre deixavam doações na porta da ONG, mesmo quando estava fechada. Foi emocionante... 'Ah, sim, sabemos que vocês estão aqui' — diziam quando eu falava que era voluntária. Vindo da Hungria, onde há muito racismo, foi uma mudança maravilhosa. (V05-F-32)

Na Itália, em particular, os locais não são tão amigáveis com os estrangeiros. A comunidade grega foi muito receptiva ao acolhê-los, provavelmente é uma exceção... Para ser precisa, todas as manhãs muitas pessoas traziam doações de roupas, sapatos ou brinquedos. Eu classificava e organizava tudo. (V02-F-22)

Eles nem sabem que estamos naquela parte da cidade... Não senti nenhuma conexão com isso. (V06-F-32)

Alguns gregos ofereciam ajuda, doações, e às vezes participavam das atividades. (V04-F-24)

Acerca da Relação com a Comunidade Local, existem diferenças quanto à percepção da visibilidade da ONG e as políticas de integração com os locais. Em sentido mais pragmático, [V01, V06] retratam uma certa indiferença ou ignorância por parte dos nativos, posto que não havia, durante o período em que atuaram, voluntários-cidadãos gregos. [V01] afirma que “muitos locais não sabiam...” e [V06] “não sentiu nenhuma conexão”. Já [V05, V02] ofertam uma visão mais positiva, mencionando moradores locais que deixavam donativos à porta [V02] e descrevendo-os como “muito receptivos” [V05].

Quanto às consonâncias discursivas, embora com algumas dissonâncias, aqui pode-se citar que há uma percepção geral de que a população local demonstra apoio a partir da entrega de donativos [V01, V02, V04, V05], especialmente quando comparada a realidade da cidade com a de outras regiões, como Hungria e Itália, conforme mencionadas por [V05, V02]. Também havia um princípio de não-distinção/exclusão no sentido de que a ONG também apoiava residentes em situação de necessidade.

5.3.3. Síntese integradora

A última categoria de análise, deixa claro, de forma transversal, o enlace entre a ação voluntária e os sistemas sociopolíticos nos quais ela está inserida. Então, ao abordar tanto os desafios do trabalho em crises humanitárias quanto as relações com a comunidade local, nomeadamente os moradores da cidade de Kavala, os depoimentos convergem no tocante ao reconhecimento da importância do voluntariado enquanto agente político de transformação social. No entanto, também evidencia o quanto o voluntariado ainda se configura como uma prática vulnerável, haja vista a dependência de limites estruturais e simbólicos do contexto em que ocorre.

Sob esse viés, os relatos acima corroboram o que vimos no Capítulo II, acerca dos limites entre a cidadania que se promove na prática, daquela subentendida pelo Estatuto dos Refugiados, uma vez que, embora não se discuta uma cidadania legal, confere-se uma série de direitos de caráter cidadão, mas que muitas vezes são negligenciados, conforme Agier (2006).

Esta síntese permite concluir que o voluntariado, ainda que imerso em contextos marcados por vulnerabilidade e exclusão, é atravessado por tensões entre idealismo e pragmatismo, entre desejo de ajudar e os limites impostos pela realidade sociopolítica. Embora os discursos dos/as voluntários/as entrevistados/as reconheçam o valor da ação

voluntária enquanto agente promotora de solidariedade e da dignidade da pessoa humana, também escancaram a precariedade dos sistemas públicos gregos e de seus países de origem – que também enfrentam essas questões e a urgência de um suporte mais robusto e completo, seja estrutural seja afetivo.

Concomitante a essa realidade, Zubero (1996), ao propor uma leitura crítica da prática do voluntariado, vai além da idealização altruísta e passa a questionar suas contradições, limitações e implicações estruturais. Assim, o autor defende um voluntariado que seja antes de tudo autocrítico, reflexivo, politizado e cidadão.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

A partir da análise da crise migratória e das políticas restritivas implementadas na Grécia, especialmente em cidades como Kavala, foi revelado um cenário profundamente delicado e desafiador, não apenas para refugiados/as e requerentes de asilo, mas também para as comunidades locais e os/as voluntários/as, que buscam mitigar – a partir das dinâmicas e serviços prestados pela ONG – os impactos dessa crise global.

Ao longo deste estudo, foi possível observar de que maneira a combinação de políticas de contenção governamentais, infraestrutura social fragilizada e pressão advinda de uma crise econômica interna complicam ainda mais a situação desses indivíduos em busca de dignidade e segurança, uma vez que estão imersos em um contexto de cidadania negada, limbo jurídico e humanitarismo, costumeiramente, paliativo.

A proposta deste trabalho consistiu, sobretudo, em observar a partir da prática a coexistência de dois elementos centrais: as condições de chegada das pessoas em território europeu – para além dos relatos midiáticos e dos dados fornecidos por organizações internacionais – e a atuação dos/as voluntários/as inseridos/as nesse cenário específico.

As experiências vividas por esses indivíduos, desde o momento em que abandonam suas casas às pressas até alcançarem algum tipo de proteção legal, são determinantes para a criação de demandas singulares, que exigem da ação voluntária uma abordagem diferenciada em comparação com outros contextos sociais. Isso porque é praticamente impossível mensurar o grau de exaustão, sobretudo emocional, provocado pela constante despersonalização a que essas pessoas são submetidas ao longo do processo de deslocamento forçado.

É fundamental destacar os desafios éticos e metodológicos do *fazer-ser* ciência-cientista que emergiram ao longo desta trajetória e as múltiplas intercorrências decorrentes dessa atuação. Inicialmente, a intenção era dialogar diretamente com os/as refugiados/as, mas essa proposta foi impactada por uma série de questões éticas, incluindo barreiras culturais e linguísticas, além da necessidade de evitar possíveis gatilhos emocionais e a ampliação de traumas já existentes.

Vale ressaltar que, embora a observação informal tenha sido o principal diferencial deste estudo, o processo de coleta de dados foi longo e complexo. Isso se deve ao fato de os/as participantes possuírem nacionalidades diversas, o que implicou a realização das entrevistas em inglês, posteriormente traduzidas livremente para o português.

Sem dúvidas, houve também um forte componente emocional. Assim como foi para os/as participantes desta pesquisa em seus relatos, reconheço que foi extremamente desafiador estabelecer limites saudáveis entre a voluntária, a pesquisadora e a pessoa que produz estes escritos. Também precisei “encarar meus demônios”, discernir e singularizar cada um destes aspectos de personalidade citados. Somos muitos dentro de um corpo e, por esse motivo, exercemos múltiplas funções. Em certos momentos, diferenciar esses aspectos torna-se quase impossível, todavia o fazer científico nos impõe essa responsabilidade, tanto pessoal quanto social.

Assim, por meio da observação informal, na qual tive a oportunidade de adentrar no contexto não só como pesquisadora, mas também como força de trabalho no corpo voluntário, foi possível identificar a importância da figura do/a voluntário/a enquanto presença política, haja vista o enfrentamento diário das limitações impostas pelas políticas públicas e as dinâmicas locais, que frequentemente marginalizam ainda mais as populações vulneráveis.

Neste contexto, a atuação do voluntariado, a partir desse engajamento em uma instituição não-governamental, emerge como um alicerce fundamental, oferecendo mais do que simplesmente apoio material, uma vez que, ao promover iniciativas de educação informal, atividades de cultura e de lazer, também promovem a inclusão social e o empoderamento dos/as refugiados/as e requerentes de asilo para a reconstrução de sua autonomia e empoderamento de pessoas em situação de vulnerabilidade. Em verdade, o empoderamento e a autonomia surgem por meio de pequenas ações do dia a dia — como dispor de um local para carregar o celular, ter acesso ao *wi-fi*, computadores e impressora, além de inúmeras atividades de lazer, como um espaço para as crianças brincarem — que, no contexto do refúgio, ganham um valor simbólico significativo.

Por outro lado, a experiência também me fez questionar acerca da relevância desta pesquisa, bem como a importância do profissional em Ciências da Educação nestes contextos, afinal não se pode ignorar a demanda crescente em acolher e empoderar as centenas de milhares pessoas em trânsito neste momento e, infelizmente, a tendência de agravamento desta situação, em virtude da atual escalada de conflitos a nível mundial.

Indubitavelmente, muito embora este estudo tenha contribuído para a compreensão da relação entre Voluntariado, Cidadania e Justiça Social para pessoas em situação de refúgio, outras abordagens podem ser exploradas em linhas de pesquisas futuras, sobretudo em termos interseccionais, a fim de promover um aprofundamento acerca da análise sobre como as diferentes identidades, situações de vulnerabilidade e

contextos culturais influenciam as experiências dos/as refugiados/as e suas possibilidades de cidadania, garantindo ações mais responsivas e customizadas, a partir da perspectiva deles/as. Ou seja, garantir que suas vozes sejam centrais na avaliação e na criação das ações e intervenções para o presente e para o futuro.

Além disso, estudar e analisar mais amplamente se há uma predominância étnica no trabalho voluntário, uma vez que pode estar associado aos discursos como “*white saviorism*” e de exclusão socioeconômica, a fim de enfraquecer estereótipos sobre a prática. E, com isso, utilizar metodologias participativas que promovam a autodefinição de prioridades dos refugiados/as, reforçando sua agência e protagonismo na construção de suas trajetórias de cidadania.

Em verdade, muito embora as ações de ONGs não consigam, por si só, resolver todos os desafios estruturais, em virtude de trabalharem com donativos sob demanda, seus agentes têm um papel político crucial não só para a promoção de um mínimo de dignidade frente às iniciativas de exclusão, mas sobretudo no que se refere ao fortalecimento da resiliência e esperança dos migrantes, posto que se proporciona a partir de tais iniciativas um espaço de acolhimento e humanização.

Assim, ao permitir que as pessoas escolham itens essenciais, ainda que poucos dentro daquilo que necessitam, e participem de atividades que promovam sua inclusão, a ação social voluntária contribui para a reconstrução de um senso de individualidade e pertencimento, além do estímulo ao exercício do poder de escolha, aspectos fundamentais para o resgate da autoestima e da autonomia em um ambiente hostil e, por vezes, desumanizador. Os/As voluntários/as não são salvadores, eles não resgatam pessoas, mas proporcionam acolhimento e fornecem esperança para aqueles que parecem ter tido a sua roubada. São, portanto, uma ponte – ainda que invisível – entre essas pessoas em situação de refúgio e a possibilidade de um futuro mais socialmente justo.

Contudo, as barreiras encontradas, como a falta de recursos adequados, as diferenças linguísticas, a escassez de voluntários capazes de atuar nestes contextos ou até fornecer apoio jurídico ou médico e a intensificação da xenofobia e do racismo, indicam que o trabalho voluntário deve ser constantemente adaptado às novas realidades emergentes da crise migratória, ainda que não deva recair sobre ele a dura tarefa de solucionar uma questão cuja responsabilidade é, em grande parte, do Estado. Para tanto, é imprescindível a existência de um esforço conjunto e contínuo entre os governos locais, as organizações internacionais e as instituições societárias civis com o fito de criar políticas públicas mais eficazes e inclusivas que garantam os direitos e a dignidade dos

requerentes de asilo, refugiados/as e demais migrantes, mas que também sejam mais valorativas à figura do/a voluntário/a.

Por fim, o presente estudo evidenciou que, apesar das limitações estruturais e das políticas de contenção, as iniciativas de resiliência promovidas pelo voluntariado podem oferecer um alicerce importante para a transformação das vidas dos/as refugiados/as e requerentes de asilo. No entanto, a continuidade dessa transformação depende não apenas do esforço individual dos membros dessas organizações, mas de uma mudança mais ampla nas políticas migratórias, nas atitudes sociais e na percepção de que a crise migratória é uma responsabilidade global que exige soluções coletivas e sustentáveis.

Em resumo, as percepções dos/as voluntários/as trazem um contributo tridimensional para este estudo: de caráter epistemológico, para o estudo acerca da realidade do voluntariado em contextos de crise humanitária; de caráter comunitário, uma vez que o reconhecimento dessa ação social contribui para o fortalecimento do tecido social e da cidadania; e, finalmente, de caráter político, pois a presença dos/as voluntários torna-se uma ponte (nem sempre visível) para promoção da cidadania e da justiça social.

Todavia, muito ainda há que ser feito para reverter os impactos negativos para todos os envolvidos, principalmente no que tange à diversificação das estratégias de atuação para incluir ações que favoreçam ainda mais a autonomia, o empoderamento e a educação política dos/as beneficiários/as, promovendo uma transformação social mais profunda, além do auxílio imediato, mas o caminho é possível.

Diante dessa necessidade, é possível também estabelecer um paralelo com a autora Cutileiro Correia (2017), como uma possível alternativa para dirimir as demandas identificadas e os desafios enfrentados pelos/as voluntários/as. A autora pontua em seu artigo *“From the camp to the campus”* a necessidade de uma ponte entre estes espaços de exclusão e as universidades. Segundo ela, os campi podem atuar enquanto programas de patrocínio, onde as universidades destinariam uma quantidade limitada de vagas para refugiados, oferecendo alojamento, serviços de saúde, apoio psicológico e oportunidades de trabalho.

Por conseguinte, a inclusão de refugiados nos ambientes acadêmicos, como a própria Universidade do Porto, ultrapassa a simples garantia de moradia, pois promove uma mudança nas percepções sociais sobre o refúgio, transformando os campi em espaços de convivência intercultural, aprendizado mútuo e empoderamento social, construindo uma resposta mais humanizada e colaborativa às crises de deslocamento forçado.

Finalmente, acredito que aos profissionais das Ciências da Educação recai certa responsabilidade sociopolítica em estudar mais amplamente sobre o assunto, uma vez que esses têm um grande potencial científico e até humanizador para revelar desigualdades e injustiças estruturais, contribuindo assim também para a formação de novos profissionais mais bem informados, críticos e conscientes da importância de que as práticas educativas estejam comprometidas com a transformação social e política.

BIBLIOGRAFIA

- Abrisketa, J., Pérez de Armiño, K. (2016). Acción humanitária: concepto y evolución. *Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo*. HEGOA
- ACNUR – Alto Comissariado Das Nações Unidas Para Os Refugiados. (2000). *Les réfugiés dans le monde: cinquante ans d'action humanitaire*. Paris: UNHCR/Autrement.
- Agamben, G. (2002). *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua* (H. Burigo, Trad.). Editora UFMG. (Coleção Humanitas).
- Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID). (2016). *Memoria anual 2016*[Relatório]. Madrid, Espanha: AECID. Recuperado de <https://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/>
- Agier, M. (2006). Migrações, fronteiras, globalização: O fim do cosmopolitismo? *Mana*, 12(2), 219–243.
- Agier, M. (2006). Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social*, 18(2), 197–215.
- Andreotti, V. O. (2014). Soft versus Critical Global Citizenship Education. In S. McCloskey (Ed.), *Development Education in Policy and Practice* (pp. 21-31). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9781137324665_2
- Anguita Olmedo, C., & González Gómez del Miño, P. (2019). The migrant crisis in the Mediterranean: A multidimensional challenge for the European Union. *RUDN Journal of Sociology*, 19(4), 617–629.
- Arendt, H. (2000). *A condição humana* (R. Raposo, Trad., 10ª ed.). Forense Universitária. (Obra original publicada em 1958)
- Aristóteles. (1998). *Política* (A. C. Amaral & C. Gomes, Trans.). Vega Universidade. (Coleção Ciências Sociais e Política). https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/549/o/2014Aristoteles_Politica_-1.pdf
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barnett, M. (2005). Humanitarianism transformed. *Perspectives on Politics*, 3(4), 723–740.
- Barnett, M. N. (2011). *Empire of humanity: A history of humanitarianism*. Cornell University Press.
- Biesta, G., & Lawy, R. (2006). From teaching citizenship to learning democracy: overcoming individualism in research, policy and practice. *Cambridge Journal of Education*, 36(1), 63-79. <https://doi.org/10.1080/03057640500490981>
- Boff, L. (2004). *Saber cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes.
- Butler, J. (2015). Introdução. In J. Butler (Ed.), *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* (pp 13-55). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J., & Athanasiou, A. (2013). *Dispossession: The performative in the political*. Polity Press. (pp. 103-106).
- Carosio, A. (2014). *La lógica del cuidado como base del “buen vivir”*. Problemas del Desarrollo, (23). Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM. https://ru.iiec.unam.mx/2706/3/02_Corsio.pdf

- Clary, E. G., Snyder, M., Ridge, R. D., Copeland, J., Stukas, A. A., Haugen, J., & Miene, P. (1998). Understanding and assessing the motivations of volunteers: a functional approach. *Journal of personality and social psychology*, 74(6), 1516–1530. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.74.6.1516>.
- Cunha, M. B. da. (1982). Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. *Revista De Biblioteconomia De Brasília*, 10(2), 5–19. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30334>
- Cutileiro Correia, L. (2017). *From the camps to the campus: University campuses as potential resettlement territories for non-student and non-academic refugees*. Written contribution for the UN Global Compact on Refugees, December 2017. <https://www.unhcr.org/sites/default/files/legacy-pdf/5a3bbe8e7.pdf>
- de Waal, A. (2006). *Humanitarianism contested: Where angels fear to tread*. Hurst & Company.
- Dimenstein, G. (1995). *O cidadão de papel: A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Donini, A. (Ed.). (2012). *Golden fleece: Manipulation and independence in humanitarian action*. Kumarian Press.
- Elias, N., & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade* (Vera Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1965)
- Evaristo, C. (2021, 9 mar.). *Conceição Evaristo: Mulheres que escrevem entrevista* [Entrevista]. Mulheres Que Escrevem. <https://medium.com/mulheres-que-escrevem/mulheres-que-escrevem-entrevista-conceicao-evaristo-fa243ff84284>
- Fernandez, P. T. (2001). De la liberalidad del altruísmo a las obligaciones universales de solidaridad. In A. G. Inda & J. M. Pisón (Coords.), *Ciudadanía, voluntariado y participación* (pp. 199-231). Madrid: Dykinson.
- Fraser, N. (2002). A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 7-20.
- Fraser, N. (2000). Rethinking recognition. *New Left Review*, 3, 107–120.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Obra original publicada em 1968).
- Galariotis, I., Georgiadou, V., Kafe, A., & Lialiouti, Z. (2017). Xenophobic manifestations, otherness and violence in Greece 1996–2016: Evidence from an event analysis of media collections. *European University Institute Working Paper*.
- García López, A. (2016). *El voluntariado en el contexto de las crisis humanitarias: aproximación a un fenómeno social complejo. De España al Mediterráneo: el caso sirio* (Tese de mestrado, Universidad de Valladolid). Máster en Cooperación Internacional para el Desarrollo.
- Giddens, A. (1984) *La constitución de la sociedad*, Buenos Aires, Amorrortu, 2006.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia* (4ª ed.). Artmed.
- GrecoTour. (2025). Mapa da Macedônia, Grécia. Recuperado em 26 de maio de 2025, de <https://www.grecotour.com/mapa-macedonia-grecia>
- Gomes Barbosa, A. (2019). Ética do Voluntariado. *Cadernos de Pedagogia Social*, 3, 109-132.

- Guimarães, O. M., Oliveira, S. de, & Ferreira, J. de L. (2023). As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. *Revista Linhas*, 24(55), 210–236.
- Haguet, T. M. F. (1981/1982). Os direitos de cidadania do Nordeste Brasileiro. *Revista de Ciências Sociais, Fortaleza*, 12/13(1/2), 121-145.
- Haraway, D. J. (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575–599. <https://doi.org/10.2307/3178066>
- Harding, S. (1986). *The science question in feminism*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- hooks, b. (2000). *All about love: New visions*. William Morrow.
- Horkheimer, M. (1974). *Teoría crítica*. Amorrortu Editores.
- Ilias, A., Leivaditi, N., Papatzani, E., & Petracou, E. (2019). *Border management and migration controls in Greece: Greece country report* (RESPOND D 2.2, July 2019). University of the Aegean.
- José Filho, P. M., & Dalbério, O. (2006). Pesquisa: Contornos no processo educativo. In P. M. José Filho & O. Dalbério (Orgs.), *Desafios da pesquisa* (pp. 63–75). Unesp – FHDSS.
- Kotsiou, O. S., Kotsios, P., Srivastava, D. S., Kotsios, V., Gourgoulisanis, K. I., & Exadaktylos, A. K. (2018). Impact of the Refugee Crisis on the Greek Healthcare System: A Long Road to Ithaca. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(8), 1790.
- Lister, R. (2003). *Citizenship: Feminist perspectives* (2nd ed.). New York: New York University Press.
- Lister, R. (2007). *Inclusive citizenship: Realizing the potential*. Bristol: Policy Press.
- Lutz, B. (2010). La acción social en la teoría sociológica: una aproximación. *Nueva Época*, 23(64), pp. 199–218.
- Macedo, A. (2011). *Solidariedade e Voluntariado: uma relação necessária*. Tese de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal.
- Marietto, M. L. (2018). Etnografia e a construção do conhecimento: a observação participante como método de pesquisa. In: D. M. A. Silveira (Ed.), *Pesquisa Qualitativa em Saúde* (pp. 109–128). São Paulo: Editora Hucitec.
- Mignolo, W. D. (2003). *Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Ed. UFMG.
- Missel, A., Costa, C. C. da, & Sanfelice, G. R. (2017). Humanização da saúde e inclusão social no atendimento de pessoas com deficiência física. *Trabalho, Educação e Saúde*, 15(2), (pp. 575-597)
- Pérez de Armiño, K., & Zirion Landaluze, I. (2010). *La acción humanitaria como instrumento para la construcción de la paz: herramientas, potencialidades y críticas* (Cuadernos de trabajo Hegoa, n.º 51). Bilbao: Hegoa.
- Picas Contrera, J. (2003). Las ONG y la cultura de la solidaridad: la ética mínima de la acción humanitaria. Artículo 71, pp. 65-76.

- Psycharis, Yannis & Tselios, Vassilis. (2019). Interregional student migration in Greece: patterns and determinants. *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*. Octobr. 781. 10.3917/reru.194.0781.
- Quijano, A. (2019). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *Espacio abierto*, 28(1), 255-301.
- Marshall, T. H. (1950). *Citizenship and social class and other essays*. Cambridge University Press.
- Montenegro, S. C. (2005). *Historia breve de la caridad y de la acción social de la Iglesia*. Madrid: Voz de papel.
- Nogueira, A. I., & Krohling, A. (2018). As limitações do instituto do refúgio na Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo de 1967. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, 6(12), 248–263.
- OCHA. (2010). Principios Humanitarios. <https://goo.gl/zFz2OY>
- Oliveira, S. d., Guimarães, O. M., & Ferreira, J. d. L. (2023). As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. *Revista Linhas*, 24(55), 210–236. <https://doi.org/10.5965/1984723824552023210>
- Organização das Nações Unidas. (1951). *Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados* (art. 1, § 2). ACNUR. https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?utm_source=chatgpt.com
- Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* (1ª ed.). Letramento; Justificando. (Coleção Feminismos Plurais).
- Ribeiro, N. (2014). *Educação e Cidadania de Jovens e Imigrantes: Constrangimentos e Possibilidades de Participação Cívica e Política* (Tese de doutoramento). Universidade do Porto. Porto.
- Ribeiro, N., Neves, T., & Menezes, I. (2017). An Organization of the Theoretical Perspectives in the Field of Civic and Political Participation: Contributions to Citizenship Education. *Journal of Political Science Education*, 13(4), 426-446. <https://doi.org/10.1080/15512169.2017.1354765>
- Santos, B. S. (2010). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 31–83). Coimbra: Almedina.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Santos, M. (2011). *O espaço da cidadania e outras reflexões* (E. da Silva, G. R. Neves, & L. B. Martins, Orgs.). Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. d. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa* (5ª ed.). Penso.
- Saramago, J. (1997). *O Conto da Ilha Desconhecida*. Porto Editora.
- Sartre, J.-P. (1975). *O existencialismo é um humanismo* (4ª ed., R. Vargas, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Obra original publicada em 1946).
- Seidman, I. (2006). *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences* (3rd ed.). Teachers College Press.

- Spijkerboer, T. (2013). International Refugee Law and the European Union: The Protection of Refugees and the Right to Seek Asylum. In: R. Rubio-marín (ed.). *Human Rights and Immigration* (pp. 215–236). Oxford: Oxford University Press.
- Spivak, G. C. (2010). Pode o subalterno falar? In M. R. Rampinelli & A. Costa (Orgs.), *Uma crítica pós-colonial* (pp. 269–304). Belo Horizonte: Autêntica.
- Stevens, D. (2018). Greece as “transit country”: the role of law and policy. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, online first.
- Souza, M. L. de. (2014). *Desenvolvimento de comunidade e participação* (11ª ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Touraine, Alain, (1969). *La Sociología de la acción*. Barcelona, Ariel.
- United Nations Volunteers. (2018). *State of the World’s Volunteerism Report 2018: The Thread that Binds* (Relatório apresentado no High-Level Political Forum, 18 de julho de 2018, Nova Iorque). Bonn, Alemanha: United Nations Volunteers. https://www.unv.org/sites/default/files/2018%20The%20thread%20that%20binds%20final_0.pdf
- UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees. (2011). *A Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967*. Genebra: ACNUR.
- Véran, J.-F. (2017). *O sofrimento em presença*. Blog do Labemus. <https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2017/06/o-sofrimento-em-presenc3a7a-vc3a9ran.pdf>
- Zubero, I. (1996). El papel del voluntariado en la sociedad actual. *Documentación Social*, 104, 39–68.

APÊNDICES

Apêndice I – Guião da Entrevista aos voluntários e voluntárias

Introdução

1.1 Apresentação da entrevistadora e explicação dos objetivos do estudo e da entrevista.

1.2 Garantia de confidencialidade e pedido de consentimento para gravação.

1.1.3 Pergunta inicial para quebrar o gelo:

- Pode contar um pouco sobre você e como começou a atuar como voluntário/a nesta ONG?

- Caso não seja mencionado na apresentação;

- O que levou você a se envolver em trabalho voluntário com pessoas refugiadas?

- Que tipos de atividades você realizou durante o seu voluntariado?

2. Gostaria que você me falasse como é o processo de formação da ONG para inserir os voluntários no contexto da organização.

(O objetivo dessa pergunta é compreender o processo de integração dos voluntários dentro do contexto laboral da organização com os refugiados e requerentes de asilo).

3. Na sua percepção, qual é o papel das atividades oferecidas no Centro Comunitário?

4. Como você percebe as relações entre voluntários e as pessoas atendidas?

5. Na sua opinião, qual o papel do voluntariado em contextos de crise humanitária, mais especificamente com refugiados?

6. Como você vê a relação entre as práticas da ONG no contexto de Kavala?

(O objetivo das questões 5 e 6 é perceber a coerência ou incoerência entre a forma como eles observam o trabalho voluntário [expectativa], com o trabalho exercido dentro da instituição [realidade]).

7. Como você percebe a relação da organização com a comunidade local?

8. Quais foram os principais desafios que você enfrentou ao atuar nesse contexto?

9. De que modo a sua participação durante o voluntariado te impactou durante e depois?

10. Mudaria algo na forma como a ONG atua em relação aos refugiados e *requerentes de asilo*?

Agradecimentos (Informar ao/à participante caso queira reformular, retificar, acrescentar alguma informação, tem liberdade de fazê-lo).

Apêndice II – Termo de Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Caro/a voluntário/a,

Está a ser convidado/a a participar num estudo intitulado **“Pontes Invisíveis: um estudo sobre voluntariado, cidadania e justiça social com refugiados e requerentes de asilo”** para o programa de Mestrado em Ciências da Educação da FPCEUP.

Antes de tomar uma decisão informada sobre a sua participação, é importante que receba todas as informações necessárias. Pedimos, por favor, que leia este documento com atenção e que entre em contato com a investigadora caso tenha alguma dúvida ou necessite de esclarecimentos.

Objetivo da participação

Está a ser convidado/a para participar de uma entrevista, em que será incentivado/a a compartilhar as suas experiências, opiniões e reflexões sobre o voluntariado em contextos de apoio a refugiados e requerentes de asilo, com foco nas competências adquiridas e no impacto social dessas ações.

Natureza e consequências da participação

A sua participação é voluntária e livre, podendo desistir ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si ou para a sua relação com a organização onde atua.

A entrevista será gravada em áudio/vídeo e, posteriormente, transcrita pela equipa de investigação, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos, em todas as fases e produtos da investigação.

Não estão previstos riscos significativos nem benefícios económicos diretos decorrentes da sua participação.

Nome: _____ Data de nascimento: _____

Ao assinar em baixo, eu concordo que:

- Li as informações no documento, entendi o seu conteúdo e todas as informações fornecidas oralmente pela equipa do projeto.
- Estou consciente de que a participação no estudo é voluntária, sem coerção, e que tenho o direito de me retirar do estudo em qualquer momento, sem indicar qualquer motivo e sem consequências negativas.
- Estou consciente da natureza das atividades do estudo e da inexistência de riscos de maior ou de benefícios económicos decorrentes desta participação.

Concordo participar no estudo, no conhecimento de que tal consentimento é dado livremente.

Porto, _____ de 2025.

(Assinatura do/a participante)

(Assinatura do/a investigador/a)

Apêndice III – Imagens de Campo – Observação Informal

IMAGENS DO CENTRO COMUNITÁRIO

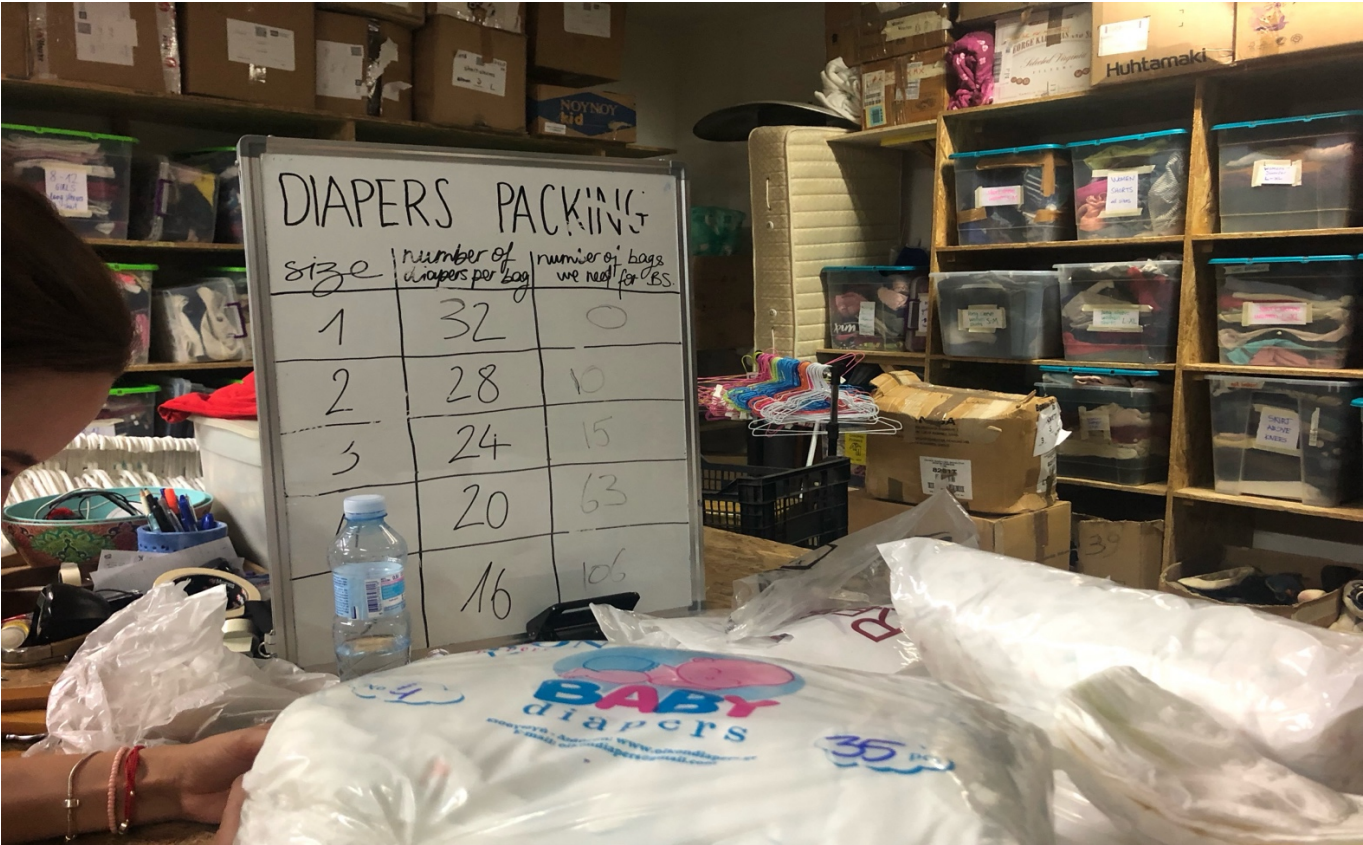


IMAGENS DA *STORE*:





IMAGEM DA ORGANIZAÇÃO PARA A *BABY STORE*



IMAGENS DO *FRONT DESK*

